

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**SAMUEL PEREIRA LUBARINO JUNIOR**

**O DITO E O FEITO:  
ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE DE ARTUR DA COSTA E SILVA**

São Cristóvão - SE

2021

SAMUEL PEREIRA LUBARINO JUNIOR

**O DITO E O FEITO:  
ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE DE ARTUR DA COSTA E SILVA**

Trabalho entregue ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe como requisito obrigatório para a conclusão do curso em Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Edna Maria Matos Antônio.

São Cristóvão - SE

2021

## Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que tenho plena convicção de estar sempre ao meu lado me orientando e me guiando.

Aos meus pais, que sempre me apóiam e me amparam. Ednalva Santos Lubarino, minha mamãe sempre presente e que tanto me ajuda e aconselha. Meu pai Samuel Pereira Lubarino, o meu exemplo a seguir com sua paciência e calma. Minha irmã Sidna Santos Lubarino, “minha príncipa”, amiga de todas as horas e que sempre me auxilia. Vocês são minha família e sabem o quanto amo e sinto orgulho de vocês.

A minha orientadora, Edna Maria Matos Antônio, que partilhou comigo seus conhecimentos e sempre foi tão gentil e generosa.

Ao meu amigo Mário Jorge dos Santos Almeida, que tanto me ajudou durante minha vida acadêmica e me sugeriu o tema dessa pesquisa.

O grupo dos Veteranos, que estiveram presentes em meio à turbulência da vida acadêmica, obrigado pelas trocas de conhecimento e de vida e pela ajuda nos momentos de atribulações, amizades que me acompanharão por toda a existência.

Os colegas de turma que fizeram parte dessa fase tão marcante em minha vida.

A todos os professores, pelos conselhos, dicas e sugestões que tanto me ajudou a concretizar os meus estudos e me proporcionaram dessa forma uma chance de conseguir um futuro melhor.

**O DITO E O FEITO:  
ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE DE ARTUR DA COSTA E SILVA**

Samuel Pereira Lubarino Junior

**RESUMO:** Neste trabalho se pretende fazer uma sucinta análise tendo como base o discurso de posse presidencial de Artur da Costa e Silva, onde acontece a comparação do que foi pronunciado pelo segundo presidente do regime militar em sua investidura, e o que realmente aconteceu em seu mandato. Para isso são utilizados livros e artigos que relatam os principais acontecimentos do mandato de Costa e Silva e é feita uma comparação em busca da resposta para a seguinte pergunta: Realmente foi cumprido por Costa e Silva aquilo que ele pronunciou em sua cerimônia de posse?

**Palavras chave:** Análise; Discurso; Costa e Silva.

**ABSTRACT:** In this work we intend to make a succinct analysis based on the presidential inauguration speech of Artur da Costa e Silva, where the comparison of what was pronounced by the second president of the military regime in his investiture, and what really happened in his mandate. For that, books and articles are used that report the main events of Costa e Silva's mandate and a comparison is made in search of the answer to the following question: Was Costa e Silva really fulfilled what he said in his inauguration ceremony?

**Keywords:** Analysis; Speech; Costa e Silva.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>13</b>
<b>DISCURSO SOCIEDADE E REALIDADE</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>18</b>
<b>CONJUNTURA DURANTE O MANDATO DE COSTA E SILVA</b> .....	<b>18</b>
<b>2.1 A ditadura civil-militar no Brasil</b> .....	<b>18</b>
<b>2.2 Artur da Costa e Silva</b> .....	<b>21</b>
<b>2.3 O mandato de Costa e Silva</b> .....	<b>23</b>
2.3.1 A vitória da “linha-dura” .....	24
2.3.2 Política econômica .....	25
2.3.3 A Frente Ampla .....	27
2.3.4 O Movimento estudantil .....	28
2.3.5 O Movimento operário .....	32
2.3.6 O Ato Institucional nº 5 .....	35
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>40</b>
<b>O DISCURSO E SUAS CONTRADIÇÕES: ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE DE COSTA E SILVA</b> .....	<b>40</b>
<b>3.1 O dia da posse</b> .....	<b>40</b>
<b>3.2 A grave emoção</b> .....	<b>42</b>
<b>3.3 Miríade de elogios</b> .....	<b>43</b>
<b>3.4 A presidência como posto de comando moral</b> .....	<b>44</b>
<b>3.5 “Inflação e prosperidade”</b> .....	<b>46</b>
<b>3.6 “Paciência e tolerância contínuas”</b> .....	<b>47</b>
<b>3.7 A confiança dos concidadãos</b> .....	<b>49</b>
<b>3.8 “Fazer pelo Brasil o que ele espera e merece”</b> .....	<b>52</b>
<b>3.9 Repercussão do discurso da posse de Costa e Silva</b> .....	<b>53</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>58</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>61</b>

## INTRODUÇÃO

Ao analisar um discurso ocorre a oportunidade de compreender o orador, a sociedade, a linguística, a história, os simbolismos e construções ideológicas. Essa abordagem em relação ao que é dito por alguém é importante para vários campos da ciência, pois é através da palavra que se apresentam os conflitos e contradições existentes em um contexto que engloba a realidade e as relações sociais que o discurso expressa (MINAYO, 2004).

Sendo assim, analisar discursos não é apenas se ater à escrita, devem-se levar em consideração múltiplos aspectos como: temporalidade, cultura e personalidade, estar disposto a observar as entrelinhas da oratória para encontrar prováveis ligações ideológicas ou interesses de grupos específicos. É nesse modo de pensar que se baseia a justificativa deste trabalho, onde ocorre a análise crítica do discurso para que através do resultado possa haver simultaneamente o entendimento do quadro político, histórico e uma consciência dos fatos com o objetivo de ocorrer a formulação de um pensamento crítico diante do que aconteceu no momento que a oratória foi proferida.

Esse trabalho tem como finalidade fazer o estudo do discurso de posse de Artur da Costa e Silva (1899-1969), buscando comparar o que foi verbalizado no momento do recebimento da faixa presidencial, com o que realmente foi feito em seu mandato levando em consideração o contexto histórico e a possível defesa de ideais e valores que não compactuam com os anseios da maioria da população.

Portanto, indaga-se: será que realmente foi cumprido por Costa e Silva aquilo que ele pronunciou em sua cerimônia de posse? Houve coerência entre seus decretos presidenciais e a mensagem oral proferida em 25 de março de 1967?

Então, o objetivo geral da pesquisa é analisar o discurso de posse do presidente Costa e Silva comparando o que foi mencionado durante a solenidade ao que ocorreu no decorrer do mandato.

Para tanto, foram determinados os seguintes objetivos específicos: apresentar a relação entre o discurso, sociedade e realidade; conhecer o contexto histórico no momento da posse; fazer uma breve apresentação do que seria história política renovada e analisar o discurso de Costa e Silva.

Parte-se da hipótese de que o discurso mencionado foi influenciado pelos ideais militares de manutenção do governo nas mãos dos generais e evitar que o regime fosse desestabilizado ou desestruturado, é possível chegar a essa conclusão ao comparar o contexto histórico ao qual está inserido esse discurso com essa influência das forças armadas, resultando com que houvesse uma contradição entre o que foi dito por Costa e Silva em sua posse em relação ao que foi observado em seu mandato.

Assim, para tornar possível testar a hipótese, ocorreu a realização desta pesquisa, sob o método hipotético-dedutivo, com abordagem qualitativa realizada através de procedimentos bibliográficos.

Na primeira seção é descrito o conceito de discurso e a utilização de teóricos conceituados nesta área, que auxiliaram na argumentação e embasamento da pesquisa, ajudando no melhor entendimento da relação discurso, sociedade e realidade.

Em seguida, houve a apresentação do contexto histórico onde utilizou os escritos de historiadores sobre os acontecimentos da época em que Costa e Silva exerce o cargo de presidente, para que fosse possível situar a oratória a um período delimitado de tempo e analisar até que ponto essa dialética foi influenciada pelo mundo circundante.

A metodologia usada na pesquisa foi a análise documental com bibliografia comparada ao contexto histórico, tendo como apoio o método proposto por Chilton e Schäffner (2011), que está dividido em: coersão; encobrimento; legitimação/deslegitimação e oposição/protesto. Esse princípio fornece um melhor embasamento ao abordar o discurso político de forma pragmática, semântica e sintática. Seguindo a mesma linha de pesquisa podemos citar os trabalhos: Análise crítica do discurso como método de pesquisa científica (Norman Fairclough); O quadro atual da Análise de discurso no Brasil (Maria Cristina Leandro Ferreira); Análise do discurso e suas fronteiras (Dominique Maingueneau).

Em Fairclough (2012), seu livro defende a possibilidade de utilizar a Análise Crítica do Discurso (ACD), para a pesquisa social científica, tendo como objeto a singularidade presente na linguagem do novo capitalismo. Descrevendo inicialmente a posição teórica da atual versão da análise discursiva, passando para o aparato de

análise/ método/ visão da crítica e finalizando sua pesquisa utilizando como exemplo de novo capitalismo as mudanças na economia globalizada.

Ferreira (2003), mostra em seu artigo a evolução da análise de discurso no Brasil, que passou de tom crítico com uso da linguística, para objeto de interesse dos analistas verbais e não-verbais, abrangendo uma maior gama de campos que vão desde temas sociais a questões estritamente teóricas, utilizando vários tipos de discurso (religioso, cotidiano, jurídico, científico) e dessa forma fazendo com que o método que o discurso é analisado no Brasil amadurecesse.

Maingueneau (2007), procura em seu artigo produzir, organizar e introduzir princípios no campo dos estudos discursivos para tentar tornar essa área mais homogênea e estável, de forma que as variedades de possíveis abordagens em relação ao discurso não compitam entre si, e para isso propõe que a divisão das análises seja feita de acordo com correntes e territórios.

Outra metodologia utilizada foi o conceito de história política renovada, ideia usada para nortear o objetivo da pesquisa.

Esse campo do conhecimento consiste na abordagem do tema político pelos historiadores, levando em consideração novos pontos de vista e fontes. Essas reflexões iniciaram vagarosamente na década de sessenta e ganharam maior destaque em 1988 quando foi lançada na França a obra-manifesto: “Por uma história política”, cujo autor Renè Remond tinha como objetivo fazer um levantamento teórico-metodológico da história política renovada.

Remond inicia explicando alguns dos motivos pelo qual a história política foi posta em segundo plano na primeira metade do século XX, afirmando que isso se deve a ascensão do grupo dos Annales que se empenharam em criticar a História Política para provar o quanto era revolucionária a produção deles quando comparada com o que havia sido produzido até o momento.

As críticas feitas pelos Annales caracterizavam a História Política como sendo: nacionalista, de curta duração, com abordagem superficial, factual e focada na biografia dos “grandes homens de Estado”, tornando os ideais e vontades dessas celebridades políticas o propulsor da História.

Estas afirmações do grupo dos Annales tornaram as interpretações apresentadas até o corrente momento inaptas para a realização da relação

espaço/tempo e para a criação de conceitos, as principais marcas das ciências humanas.

Dando continuidade às afirmações de Remond em sua obra, Marx é apresentado como pioneiro em propor esse déficit na História Política ao anunciar ainda no século XIX o aparato estatal como meio para a dominação da burguesia. Ao dar ênfase na relação entre a superestrutura (esfera política) e a infraestrutura (esfera econômica), com um trabalho concentrado primordialmente no sistema produtivo, onde de acordo com Marx se encontrava o real poder, e dessa forma interpretar o campo político como reflexo da economia.

Na primeira metade do século XX, ocorreu o surgimento de novas tecnologias e conceitos que levaram os historiadores a repensar o papel da política nesse novo contexto mundial. Nessa nova avaliação foi notada que o espaço público foi ampliado e o campo político estava vinculado a questões como: religião, sexualidade, gastronomia, moda, enfim, para uma melhor compreensão das manifestações públicas seria necessário ultrapassar a ação do Estado, já que todo assunto discutido na sociedade, naquela conjuntura, tendia a ser de aspecto governamental.

Estando a política expressa em tantas áreas, a História Política passou a ser abordada de forma interdisciplinar, para que houvesse uma melhor compreensão das múltiplas facetas em que atualmente se encontra o objeto político. Essa ideia é mostrada em Remond (2003), quando é sugerida uma relação com a Psicologia Social, Matemática, Sociologia, Linguística e Direito Público para que houvesse a construção de uma História Política mais completa. Esse vínculo entre política e interdisciplinaridade pode ser observado na citação:

A Política vem sendo compreendida por nós como uma encruzilhada de campos de conhecimento, apoiando-se na interdisciplinaridade como um de seus aspectos centrais e debruçando-se sobre distintos objetos tais como: preconceito social; diferentes formas de racismo, xenofobia e homofobia; ações coletivas e movimentos sociais; intersubjetividade e participação; socialização política e saúde pública; relações de poder e instituições totais; valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas. (DE ALMEIDA; BETTINE; DA SILVA; SOARES; CORREA (2012, p. 3)

Esta foi a forma encontrada pelos historiadores para que houvesse uma melhor adaptação às novas questões levantadas, sanar as críticas apresentadas e superar os desafios impostos, a nova História Política deveria interagir com outras disciplinas.

Além da interdisciplinaridade, a História Política passaria a enfatizar a participação popular estudando sindicatos, movimentos sócio-culturais, disputas eleitorais e a política partidária, começando a compreender a organização social e simultaneamente entender o acúmulo de poder dentro e fora do governo.

Dessa forma a História renovada encontra condições de visualizar de forma macro, com uma análise enriquecida historicamente e conseguir uma base documental quantitativa e seriada. Com esse conhecimento em posse os historiadores se tornam aptos para identificar os fatores que influenciam determinado acontecimento público, tendo como base as novas áreas de atuação da política, utilizando essas informações como norteadores para a compreensão mais ampla da conjuntura em que se encontram esses fenômenos sociais.

Essa nova forma de estudo da História se intensifica no Brasil a partir da década de oitenta, quando a produção historiográfica abandona o tema Revolução, que era a principal pauta no fim da década de setenta e volta sua atenção para a inclusão do povo no meio político.

Fazendo dessa forma, que houvesse a tentativa de trazer a população que historicamente sempre foi mantida à margem dos acontecimentos ligados às esferas de poder, para uma posição mais central.

A ditadura ocorrida no Brasil entre 1964 e 1985, proporcionou uma mácula na democracia do país, um período marcado por perseguições, censuras, tortura e outros absurdos. No cinquentenário da ditadura, que ocorreu em 2014, universidades e grupos de pesquisas apresentaram publicações e promoveram palestras visando elucidar os pouco mais de duas décadas ditatoriais e os episódios relacionados a esse momento da História do Brasil.

Essa revisão da ditadura sofreu influência direta da nova forma de produzir História, onde há a utilização de conceitos como interdisciplinaridade e participação popular. Essas modificações são nítidas nos livros didáticos que passaram a enfatizar a História Pública e as disputas sociais, para relatar os fatos ocorridos nesse momento.

Nas últimas três décadas a historiografia brasileira sofreu um notável crescimento, principalmente no que diz respeito a assuntos ligados à história do período republicano e especialmente em temas relacionados à ditadura militar. (FICO, 2014). Esse evento se deve a interdisciplinaridade, que permitiu a outras áreas das ciências humanas estudarem o período ditatorial brasileiro e o interesse dos historiadores em observar os fatos e os momentos do regime através da ótica político-social.

Muito desse crescimento editorial também ocorre devido a Comissão Nacional da Verdade, que em 2014 estava investigando a ditadura e tornou acessíveis ao público documentos considerados segredo de Estado durante o governo militar, atraindo pesquisadores que viram a oportunidade de produzir trabalhos que sanasse dúvidas em relação ao contexto histórico, aprender mais sobre os diversos grupos e movimentos sociais e esclarecesse as ações violentas perpetradas pelos militares. Os estudiosos do assunto pretendiam assim contribuir com a memória e a verdade histórica.

Figura 1 – Relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014)



Ao rever o regime ditatorial sob a ótica da História Social, houve a desmistificação dos sujeitos heróicos e ocasionou debates sobre a natureza do

golpe, resultando no questionamento se o ocorrido no dia 1º de abril de 1964 foi um golpe civil-militar ou uma ditadura militar.

Após inúmeros debates no meio acadêmico sobre a questão levantada sobre o caráter da instauração do regime ditatorial no Brasil, os pesquisadores chegaram à conclusão que se tratou de um golpe civil-militar e passaram a utilizar o termo para caracterizar tanto o golpe quanto a ditadura que surgiu como consequência. Como é dito por Demian Bezerra:

A partir da constatação trivial de que tanto na operação do golpe de Estado quanto na condução da ditadura houve participação importante de setores não-fardados em posições relevantes, esta idéia busca definir tal situação a partir do termo “civil-militar” adjetivando tanto o golpe de 1964 quanto a ditadura que se seguiu. Ao contrário de uma mera ação das Forças Armadas, tal adjetivo visa lembrar que também parte dos civis apoiou o golpe e participou da condução do processo político entre abril de 1964 até 1985, quando a maior parte da historiografia localiza o fim daquela ditadura. (DE MELO, 2012)

Essa série de debates não resultou apenas na mudança da nomenclatura do regime ditatorial, também teve como conseqüências o acréscimo de novas documentações e informações, que passaram a ser utilizadas como fonte de conhecimento e contribuir para a construção de memórias, reconhecimento de novos sujeitos históricos e a ampliação das abordagens em relação ao tema ditadura militar, possibilitando o acesso a detalhes que podem ocasionar novos ramos de estudo ou mudanças sobre o que já era conhecido.

Com foco no ensino de História, as discussões organizadas pela Comissão da Verdade transformaram os relatos das vítimas do período ditatorial em material didático, para que auxiliados pelos docentes, os alunos possam conhecer, experimentar e avaliar temas que envolvem experiências pessoais e a partir dessa abordagem desenvolver a empatia, consciência e a memória histórica. Esse ponto de vista é defendido pela historiadora Marta Rovai, como podemos observar em sua afirmativa:

A ideia de garantir o livre circuito das narrativas de pessoas agredidas nos órgãos de repressão e de agentes do Estado, confrontados no regime autoritário, é fundamental para se colocar em jogo memórias divergentes, contribuindo para que um público cada vez maior possa conhecer, reconhecer e se posicionar diante do passado (2019, p. 92)

A história renovada quando aliada ao estudo do período ditatorial, proporciona um maior entendimento do contexto histórico, amplia a possibilidade de novas abordagens e proporciona avanços no ensino de História, devido à atualização dos livros didáticos e o aparecimento de novas metodologias e abordagens do conteúdo em sala de aula.

E para anteceder a conclusão, foi feita uma rápida descrição dos acontecimentos da cerimônia de posse, e em seguida o discurso proferido por Artur da Costa e Silva foi analisado levando em consideração o que a pesquisa encontrou, com o intuito de observar se houve o cumprimento daquilo que foi pronunciado em 1967 e se não o foi, quais fatores caracterizaram esse descumprimento da palavra. E concluindo o capítulo é apresentada uma abordagem em relação à repercussão que a oratória trouxe tanto no âmbito político quanto no popular, mostrando qual imagem Costa e Silva transparecia no início do seu mandato.

Ao final, conclui-se que a pergunta será respondida após satisfazer os objetivos propostos, indicando que o discurso de posse de Artur da Costa e Silva sofreu influência do meio circundante, culminando no não cumprimento de grande parte do que foi proferido em sua investidura.

## CAPÍTULO I

### DISCURSO SOCIEDADE E REALIDADE

Esse capítulo do estudo mostrará que o discurso, a sociedade e a realidade estão interligadas, de forma que aquilo que é dito recebe influência social e do mundo circundante; Quando um enunciado é ouvido ou lido terá como filtro as experiências e anseios dos interlocutores e leitores, assim como a forma e o momento em que há o pronunciamento pode alterar para aqueles que recebem a mensagem o modo de observação e os rumos no campo factual.

Faz-se necessária a ligação entre esses três conceitos, para que haja um melhor entendimento da proposta do trabalho que utiliza como base principal um discurso político e analisa essa oratória levando em consideração os fatos históricos, as reações e alterações sociais, políticas e econômicas ocorridas devido às decisões tomadas pelo presidente Costa e Silva.

A princípio, a análise do discurso estava voltada apenas para a observação das ideias expressas pelo orador, em outras palavras, o intuito era encontrar a ideologia que se apresentava escondida em cada palavra, entonação ou gestos do palestrante.

Nos dias atuais essa visão em relação ao discurso foi ampliada e passou-se a avaliar na fala dos indivíduos além das tendências ideológicas, o meio social e o contexto histórico no qual quem produz a mensagem está inserido.

É possível observar a ligação entre discurso e sociedade em Bakhtin(1981), quando há menção de que a palavra é o indicador perpétuo e significativo de todas as transformações ocorridas na sociedade, mesmo as mudanças sutis, que ainda não ganharam uma forma ou que ainda não apresentam características de uma ideologia bem estruturada.

A linguagem está intrinsecamente ligada ao mundo circundante, refletindo e projetando até mesmo os traços mais singelos da realidade em que está inserida.

O discurso está entrelaçado à realidade em que foi criado quando observamos a definição apresentada por Jodelt (1985), onde é afirmado que a comunicação é possibilitada através de modalidades práticas acopladas a imagens, teorias, conceitos e categorias que quando socialmente estruturadas e partilhadas

contribuem para a formação de uma realidade comum. Podemos observar assim, que o discurso está ligado à realidade já que se trata de uma forma de comunicação dependente de um contexto pré-definido que busca influir no modo de pensar e agir do ouvinte ou leitor que identificam traços de seu mundo circundante.

Outra forma de constatar a relação entre discurso e realidade é vista na fala de Condé:

Se a mesma expressão lingüística for usada de outra forma ou em outra situação, sua significação poderá ser outra, isto é, poderá ter uma significação totalmente diversa da anterior, dependendo de seu uso na nova situação e das relações pragmático-lingüísticas exigidas por essa situação (CONDÉ, 2004, p. 48)

Através dessa perspectiva teórica observa-se que o enunciado pode ser apresentado de diferentes maneiras e em variadas situações, mas o entendimento por parte do receptor da informação estará diretamente vinculado à realidade, ou seja, aquilo que estiver inserido em sua vivência cotidiana.

Os discursos utilizam essa relação com a realidade para conseguir aproximar e arrebatam a maior quantidade de ouvintes que concordem e se identifiquem com a oratória, buscando encontrar quem aja em favor do cumprimento do objetivo e metas exposto, esse tipo de recurso é visto com grande frequência em discursos políticos.

Segundo Dorna (1993), costumeiramente o conceito de discurso político é determinado como sendo o discurso produzido por aqueles que estão no poder. Complementando essa afirmativa, se deve acrescentar que esse tipo de discurso, não é apenas construído por governantes, já que traduzem valores religiosos, sociais, sindicais, morais, científicos, comportamentais, éticos entre outros, que apresentam os interesses da coletividade e sofre ação direta da dinâmica social que constantemente altera e ajusta a novas situações, deixando explícita a busca de poder como visto em Pinto:

Todo o discurso é um discurso de poder, na medida em que todos os discursos pretendem impor verdades a respeito de um tema específico ou de uma área da ciência, da moral, da ética, do comportamento, etc. Entretanto, o discurso político se destaca de todos neste particular, porque enquanto os outros tendem a deslocar seus desejos de poder, tornando-os opacos, o discurso político explicita sua luta pelo poder (PINTO, 2006, p.78)

Acompanhando esse enunciado encontra-se a premissa de que o discurso político trata-se de um dispositivo linguístico-ideológico utilizado pelos poderes dominantes e para demonstrar a importância do discurso político, Bolívar (2002) afirma que essa notoriedade deve-se as propostas ofertadas por esse tipo de oratória, pois afetam diretamente o âmbito social, moral e econômico de um país, enfim a realidade de uma nação.

O discurso político possui algumas características marcantes, entre elas a mais importante é a de perdurar impondo aquilo que o orador considera verdadeiro a muitos e de forma simultânea, essa ação é considerada a mais complicada de concretizar, pois, esse tipo de discurso passa por múltiplas significações e modificações frequentes, buscando a melhor forma de adquirir apoiadores, se tornando assim ao mesmo tempo dinâmico e provisório.

Outra característica do discurso político é a criação de sujeitos, com o objetivo de dar vida a portadores de direitos, dando ênfase aos desprovidos de poder e saber, tem como alvo as pessoas consideradas simples e ignorantes. “Aparece no discurso quando apresentam trechos que são destinados a “dona de casa” ou ao “o senhorzinho”, que não precisam ser identificados ou sequer existirem. Esses termos são considerados sujeitos fundamentais, apesar de não haver identificação direta com todos os receptores da mensagem, essa atitude demonstra uma tentativa de tornar o pronunciamento mais voltado para a vida cotidiana da população, dando destaque e demonstrando empatia pelos menos favorecidos, geralmente resultando positivamente entre os ouvintes. A criação de sujeitos pode ser observada na afirmativa:

A posição-sujeito configura-se como um objeto imaginário que ocupa seu espaço no processo discursivo. Desta forma o sujeito não é um, mas comporta distintas posições-sujeito, variantes conforme as formações discursivas e ideológicas em que o sujeito se inscreve, ou seja, faz parte do descentramento do sujeito falar-se em posições-sujeito. O sujeito se constitui em posições-sujeito” (BRASIL, 2011)

Possui também como especificidade o fato de ser um discurso que vive da polêmica, desconstrói para que possa construir a si próprio, está em um espaço de disputa onde a sobrevivência depende da inabilidade dos adversários. Como afirmado por Ramos (2001):

O que define o discurso polêmico e que o conjunto das suas propriedades semânticas, enunciativas e argumentativas se encontra ao serviço de um objetivo dominante, o de desqualificar o objeto que constitui o seu alvo, “matar” metaforicamente o adversário discursivo. Não é de admirar, portanto, que alguns textos polêmicos se revistam de um caráter por vezes excessivamente truculento, onde o insulto pessoal substitui a defesa e ataque de ideias, onde a injúria se sobrepõe a argumentação” (RAMOS, p. 237)

Apesar de estar geralmente vinculado à cena política, o discurso político não é exclusividade desse campo. Gutierrez (2002) desenvolve uma diferenciação entre as formas de abordagem do discurso político, onde se leva em consideração o local de produção e o objetivo para o qual a declaração foi construída.

A forma de abordar o discurso político segundo Gutierrez (2002) é dividida em: abordagem restritiva, sendo aquela feita pelo marco político e institucional, com sentido tradicionalista e focada no intuito de manter ou indicar determinado grupo para o poder; a outra forma de abordagem é a extensiva, onde se encontram os discursos que envolvem poder e intenção política, mas não são produzidos pelas instituições dominantes, podendo ser criados por grupos insurgentes com o intuito de criticar o governo em vigor, mas sem necessariamente visar à tomada do poder ou a subida de algum grupo no qual apóiam.

O discurso que foi analisado nesta pesquisa tem uma abordagem restritiva, já que o mesmo é produzido pelo governo vigente e está diretamente ligado à continuidade do projeto governamental antecessor.

Nas últimas décadas a análise de discursos políticos ganhou estudos mais aprofundados e foram criadas propostas e metodologias para auxiliar nesta função. De forma superficial podemos citar a contribuição nessa área de nomes como: Foucault (1971), Richardson (1985) e Ehlich (1989), representantes respectivamente das abordagens francesa, anglo- saxônica e alemã.

Para este trabalho de pesquisa onde foi analisado o discurso de posse do presidente Costa e Silva utilizamos a abordagem anglo-saxônica tendo como base o modelo de verificação proposto por Chilton e Schäffner (2001), princípio esse que propõe a observação pragmática, semântica e sintática relacionando com quatro funções estratégicas que o discurso político possui: coerção; encobrimento; legitimação / deslegitimação; e oposição / protesto.

Iniciando com a estratégia da coerção, que é baseada em ações na qual o discurso sanciona, ordena, censura, restringe o acesso a determinada informação ou impõe temas e papéis na oratória daqueles que os emitem. A coerção durante um discurso político pode ser observada quando se propõe, por exemplo, o uso cometido de força em casos considerados extremos, tendo como respaldo o cumprimento de determinações governamentais ou o reforço de uma postura determinada pelo Estado.

O encobrimento tem como objetivo a manipulação do que é transmitido durante o discurso, servindo como uma forma de filtro qualitativo e quantitativo, fazendo com que o locutor adéque à oratória para ao mesmo tempo satisfazer sua intenção é agradar os interlocutores. Para uma melhor eficácia na estratégia de encobrimento, o orador tende a usar eufemismos, mentiras ou omitir informações que viriam causar aversão ou dúvidas no grupo ouvinte.

A estratégia de legitimação / deslegitimação tende a causar dois resultados: o aumento da credibilidade daquele que está fazendo o pronunciamento, deixando claro seu papel e força na sociedade, a este efeito chamamos de legitimação; A deslegitimação se dá quando o locutor da oratória faz referência a seus oponentes de forma negativa, utilizando insultos, acusações e ironia buscando a desvalorização de seus adversários. Os dois resultados mencionados neste parágrafo sempre ocorrem juntos, não há discurso político onde aquele que tem a palavra não desvalorize as ações de um concorrente ou opositor.

Finalizando com a função denominada resistência / oposição, esta estratégia é usufruída por pessoas contrárias ao governo vigente. Para desvalorizar as instituições e grupos detentores do poder, os insurgentes criam o chamado discurso político de resistência, fala essa que contrapõe o Sistema, onde se pode utilizar como base qualquer uma das funções acima enunciadas.

Como se podem observar as funções estratégicas desenvolvidas por Chilton e Schäffner (2001) auxiliam na análise discursiva, pois abordam se não toda, a maior parte do que é relevante durante a criação de uma fala com cunho estadista, permitindo identificar os potenciais atores políticos e destacar as desigualdades do sistema analisado, contribuindo à formação de uma consciência crítica em relação ao discurso estudado.

## CAPÍTULO II

### CONJUNTURA DURANTE O MANDATO DE COSTA E SILVA

Após a breve apresentação sobre a relação entre discurso, sociedade e realidade, adentramos agora em outro aspecto que tem relação direta com a narrativa, o contexto histórico.

Segundo Medviédev (2012), a mensagem oral é um ato social que se vincula a realidade e evolui para um fenômeno ligado à memória, ou seja, o discurso é criado em concordância com a vida cotidiana do orador e do ouvinte, ganha importância social e se concretiza como acontecimento histórico.

Por esse motivo, anterior à análise do discurso de Arthur da Costa e Silva iremos inicialmente fazer uma rápida passagem pelo momento histórico em que a fala foi proferida.

#### 2.1 A ditadura civil-militar no Brasil

De acordo com Schwarcz; Starling (2015) o quê consiste em um período de tensão na História do Brasil, onde os militares instauraram um governo caracterizado pela intolerância contra os opositores políticos e a falta de liberdade.

Teve início com um golpe caracterizado como civil-militar, já que o levante foi iniciado pelos militares contando com o apoio político e civil. Esta revolta ocorreu em abril de 1964, em objeção ao governo de João Goulart, presidente escolhido pelo voto popular. “Jango” era visto com desconfiança pelos grupos conservadores da sociedade devido a sua relação próxima com o sindicalismo brasileiro e frequentemente era taxado de comunista, sua posse não foi um incômodo apenas para a direita brasileira, já que o governo dos Estados Unidos também demonstrou preocupação pelo fato de um político com supostas tendências comunista assumir a presidência de um dos maiores países do continente americano e ameaçava a exemplo de Cuba se tornar mais um satélite soviético na América.

Muito dessa desconfiança em relação ao presidente João Goulart se deve ao seu projeto de governo, “As Reformas de Base”, que propunha grandes transformações nas áreas da educação, agricultura, educacional e bancária,

consideradas essenciais no país. Sobre as Reformas de Base na biografia sobre Jango é afirmado:

Algumas medidas eram sugeridas: reforma agrária e sindicalização rural; reforma bancária, tributária, universitária, administrativa e empresarial; adoção do voto dos analfabetos e dos praças e amplas prerrogativas de elegibilidade; monopólio do câmbio, do comércio do café, controle da remessa de lucros para o exterior, estímulos à exportação e abertura de mercados na América Latina e países socialistas; erradicação do analfabetismo, investimentos em ciência e tecnologia, política externa independente, solidariedade aos povos do Terceiro Mundo, entre outras medidas( FERREIRA, 2013, p.275)

Outra ação do governo que causou descontentamento foi a “Lei de Remessas de Lucro”, essa norma proibia que as empresas enviassem mais que 10% dos lucros obtidos para fora do Brasil. Essas medidas tinham o objetivo de combater a desigualdade e promover o desenvolvimento nacional.

Essas duas ações do poder executivo repercutiram mal perante aos empresários, que viam seus interesses prejudicados e aos Estados Unidos, que se sentiram lesados devido a Lei de Remessas de Lucro e preocupados com a política trabalhista, que na conjuntura da época (em plena da Guerra Fria) era vista como práticas comunistas fizeram que esses grupos se unissem a UDN (União Democrática Nacional) oposição declarada a Jango devido à ideias de reforma agrária apresentadas pelo governo e começaram a planejar a retirada de Goulart do poder.

Com patrocínio da CIA (Central Intelligence Agency), agência de inteligência dos Estados Unidos que possui a função fazer investigações e suprir o governo norte-americano com informações consideradas de segurança nacional, foram criadas instituições como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e o IBAD (Instituto Brasileiros de Ação Democrática, ambos com o objetivo de causar enfraquecimento do poder presidencial e preparar a ascensão do golpe. Essa participação internacional é considerada um elemento fundamental na concretização do golpe como podemos observar na afirmação de Moniz Bandeira:

No início da década de 1960, pela primeira vez na História do Brasil, os trabalhadores tiveram acesso às políticas de Estado e exerceram alguma influência nas decisões governamentais. Tal fato decorreu da habilidade de João Goulart nas relações desenvolvidas com o movimento sindical e demais organizações populares. Desde seu mandato como ministro do Trabalho e com maior ênfase quando

presidente da República buscou nas demandas dos trabalhadores referências para suas políticas governamentais. Enfrentou, em razão dessa opção, forte oposição conservadora. Os mesmos setores que se opuseram à sua posse, em 1961, articularam-se para depô-lo, em 1964. Em sua mobilização conspiratória encontraram efetiva parceria na CIA e do capital internacional norte-americano (BANDEIRA,1978)

A oportunidade para o golpe se concretizou durante um comício feito por Jango na Central do Brasil, onde o presidente impôs a realização das Reformas de Base, causando alarde nos grupos conspiradores que consideraram o gesto como uma confirmação do vínculo entre Goulart e o comunismo.

Partindo do pressuposto que o presidente pretendia implantar o comunismo no Brasil a oposição promoveu a “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade”, realizada em São Paulo e com a adesão de milhares de pessoas, deixando claro o apoio de uma parcela considerável da população ao pensamento conservador.

Figura 2-Marcha da Família com Deus Pela Liberdade (1964)



Fonte: Juarezribeiroa.blogspot.com

A partir desse acontecimento a oposição ao governo ganhou força, João Goulart foi retirado do poder, ocorreu a emissão do Ato Institucional nº1 e Humberto Castello Branco foi posto como líder do executivo através de eleição indireta (sem o voto popular).

A ditadura durou vinte e um anos, durante esse tempo o regime autoritário que teve como pilares de sustentação: os atos institucionais, as práticas de tortura e a censura, nomearam cinco presidentes-generais através de eleições sem participação popular.

Estes presidentes foram respectivamente: Humberto Castello Branco (1964-1967); Artur da Costa e Silva (1967-1969); Emílio Médici (1969-1974); Ernesto Geisel (1974-1979); João Figueiredo (1979-1985).

Devido ao objeto de estudo dessa pesquisa, iremos nos ater ao presidente Costa e Silva e aos principais acontecimentos do seu mandato.

## 2.2 Artur da Costa e Silva

Figura 3 - Costa e Silva



Fonte: [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br) (1967)

Com base nas informações encontradas no site [WWW.presidencia.gov.br](http://WWW.presidencia.gov.br), Costa e Silva nasceu no dia 3 de outubro de 1902 em Taquari, Rio Grande do Sul.

Iniciou sua carreira militar na Escola Militar de Porto Alegre em 1907, onde concluiu o curso com louvor e recebeu o título de aluno-comandante. Em 1918 ingressou na Escola Militar de Realengo (Rio de Janeiro), tornou-se Aspirante em 18 de janeiro de 1921, ocupava a patente de segundo-tenente em 1922, quando participou do levante do 1º Regimento de Infantaria da Vila Militar ocorrido em Julho do mesmo ano. Alcançou o último posto do exército (general) em 25 de novembro de 1961, assumiu a presidência do Brasil aos 65 anos, com 294 votos, através de eleição indireta<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Isso se deve ao Ato Institucional nº2, proferido em 1965, no governo de Castello Branco. Esse decreto entre outras coisas tornou a eleição para presidente indireta.

A ligação de Costa e Silva com o regime militar vem desde o mandato de Castello Branco, quando assumiu o cargo de ministro do exército e participou de vários momentos importantes no governo do seu antecessor, já que fazia parte dos altos generais que planejaram a revolução que resultou no golpe de 1964.

Figura 3 – Assinatura de Ato Institucional pelo então ministro do exército Costa e Silva



2

Fonte: Foto Arquivo/Agencia O GLOBO (1964)

Seu mandato começou no dia 15 de março de 1967 e durou até 31 de agosto de 1969, quando foi considerado inapto para continuar à frente do cargo presidencial devido a complicações decorrentes de um derrame.

Neste momento os ministros representantes das forças armadas comunicaram à Nação o impedimento de Costa e Silva, encerrando o seu mandato um ano e sete meses antes do prazo que teria seu fim em 15 de março de 1971 e através do Ato Institucional nº 16, declaram os cargos de presidente e vice-presidente vagos, já que os militares impediram Pedro Aleixo de assumir a presidência da república por se tratar de um civil, e marca novas datas para eleição e posse dos efetivos vindouros.

Durante o período em que Costa e Silva esteve afastado do governo, em recuperação da enfermidade que o acometeu, foi acompanhado de perto pelo secretário de imprensa da presidência da república Carlos Chagas. Acostumado a

---

ser espectador dos fatos ocorridos no gabinete e na residência oficial, Chagas resolve narrar a atual situação do presidente como se fosse um diário e esses relatos ocorreram até o dia do falecimento de Costa e Silva, e essas anotações viraram um livro denominado: “113 dias de angústia - impedimento e morte de um presidente”.

Após alguns meses, no dia 17 de dezembro de 1969, Costa e Silva faleceu no Palácio das Laranjeiras no Rio de Janeiro, devido ao agravamento das complicações decorrentes do problema de saúde que o impossibilitou de desempenhar seu papel como o segundo presidente-general da ditadura militar. Esse momento aparece no livro de Carlos Chagas da seguinte forma:

Estou ao lado de sua cama. Sua fisionomia é tranqüila. As mãos cruzadas sobre o peito, cabelos um pouco despenteados. E o bigode branco dos últimos tempos. (...) O Dr. Hércio assina o atestado de óbito. O Presidente morreu de um enfarte fulminante, às 15h40m. O mal sobreveio às 15h30m, e ele perdeu a consciência quase imediatamente, apesar da medicação urgente, injeções e massagens. Seu sofrimento, ao menos na hora da morte, não terá sido tão grande (...) (CHAGAS, 1970)

O Marechal Artur da Costa e Silva foi sepultado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, com honras de chefe de Estado, em uma cerimônia rápida, com apenas 15 minutos de duração. Além da família, o sepultamento contou com a presença do presidente Emílio Garrastazu Médici e do vice-presidente Augusto Rademaker.

### **2.3 O mandato de Costa e Silva**

É um governo marcado pela aplicação de uma política econômica de cunho desenvolvimentista, ou seja, tem como principal característica o aumento da industrialização e tem como meta o desenvolvimento econômico, político e social. Outras particularidades desse mandato foram: a ampliação da contenção social e repressão por parte da ditadura, ambas as opções utilizadas como forma de retratar as inúmeras manifestações contra o governo, protagonizadas pelos estudantes e pelos operários.

### 2.3.1 A vitória da “linha-dura”

De acordo com Napolitano (2016), Costa e Silva foi eleito através de eleição indireta em que era o único candidato a concorrer à presidência, tomou posse em março de 1967 e subiu ao poder em meio a desavenças entre os grupos militares que defendiam uma atuação mais rigorosa por parte do regime militar (os linha-dura) e os militares considerados “moderados”, que viam o regime como uma fase de transição, pretendendo apenas governar o Brasil por 2 anos e logo após esse período retornar à democracia através de eleições diretas. Eram chamados de Castelistas por estar ligado ao presidente Castello Branco e também se caracterizavam por serem análogos aos interesses dos Estados Unidos, que consistiam em evoluir economicamente os países da América Latina, visando refrear o avanço dos ideais comunistas.

Apesar das divergências em relação ao modo que o governo deveria atuar à frente da sociedade, havia entre esses grupos a concordância de que a cadeira presidencial não deveria voltar para os civis, pois, segundo os militares a política civil era corrupta, ineficiente e egoísta enquanto que o regime trazia consigo qualidades como altruísmo, patriotismo e honestidade, adjetivos ausentes em governos populares e por isso o comando do país deveria permanecer nas mãos de oficiais.

A vitória de Costa e Silva foi a consolidação do triunfo do grupo denominado “linha-dura” e com isso a contribuição para o aumento da repressão ditatorial e consequentemente o início aos “anos de chumbo”.

Esse período ocorrido entre o fim dos anos 60 e início dos anos 70 foi a época em que o país desfrutava do chamado “Milagre Econômico” e um patriotismo inovador em que o governo transparecia aos seus concidadãos a imagem de um país emergente, coeso e destinado a prosperidade, mas que por outro lado articula o mais rígido e desumano método repressor que o país já sofreu.

Essa ambiguidade é mencionada por Janaina Martins Cordeiro em seu artigo: “Anos de chumbo ou anos de ouro?”, como podemos observar na afirmativa:

Isso porque sintetiza muito bem elementos que, sob um olhar superficial, parecem se negar, mas que são, na verdade, complementares: o intervalo que vai de 1969 a 1974 consiste, ao mesmo tempo, nos anos de maior prosperidade e otimismo e nos anos em que o *terror* do Estado mais se fez sentir. Aspectos que, de

acordo com uma determinada memória coletiva, somente é possível que tenham convivido se partimos do suposto de que a sociedade foi duramente reprimida e *seduzida* pelas promessas de construção do *país do futuro* (CORDEIRO, 2009)

### 2.3.2 Política econômica

A política econômica do governo anterior ao de Costa e Silva era caracterizada por congelar salários, diminuir o consumo, fixar gastos administrativos e como consequência buscava a estabilidade da inflação. Essa política econômica é chamada de arrocho.

Quando Costa e Silva assumiu a presidência deu início a uma política que tinha como base o modelo econômico aplicado na década de 50, onde se pretendia um rápido desenvolvimento da economia através do investimento público e do aumento do consumo.

Esta organização financeira recebeu o nome de desenvolvimentista e o modo de dirigir a economia foi responsável pela formação do período denominado como “milagre econômico”.

Figura 4 – Construção da ponte Rio-Niterói



Fonte: aen.pr.gov.br (1968)

O “milagre econômico” iniciou no governo de Castello Branco com a criação do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), mas alcançou seu ápice em 1969, durante o governo de Emílio Médice (1969-1973), quando o PIB (Produto Interno Bruto) alcançou elevado patamar enquanto a inflação estava em queda. Essa fase foi caracterizada pela implantação de medidas de incentivos nas áreas fiscais, tributárias e financeiras e a construção de obras de grande porte como hidrelétricas e estradas. Podemos mencionar a Zona Franca de Manaus, a Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, a Perimetral Norte e a Usina de Itaipu.

A respeito do crescimento e aquecimento da economia, Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015) afirmam que o milagre só ocorreu devido à censura aos vários meios de comunicação, onde se impedia a publicação de notícias que criticassem a política econômica mostrando apenas o que estava acontecendo de favorável ao governo.

Apesar da grande evolução econômica ocorrida no Brasil que durou de 1967 a 1973 e proporcionou o aumento do PIB, crescimento industrial, aumento do consumo, maior investimento estrangeiro entre outras benesses, o milagre econômico deixou como efeito colateral o agigantamento da dívida externa brasileira e a ampliação da desigualdade social. Como é mostrado na tabela a seguir:

Figura 5 - Dados sobre o milagre econômico (1964-1973)

PIB, Inflação e dívida externa (1964-1973)			
Ano	Crescimento PIB (%)	Inflação (%)	Dívida externa US\$ bilhões
1964	3	87,8	3,9
1965	2	55,4	4,8
1966	7	39,5	5,2
1967	4	28,8	3,3
1968	10	27,8	3,8
1969	10	20,3	4,4
1970	10	18,2	5,3
1971	11	17,3	6,6
1972	12	17,4	9,5
1973	14	20,5	12,6

Fonte: Branly.com.br

### 2.3.3 A Frente Ampla

O descontentamento com o governo militar resulta no crescimento da resistência e confronto com os grupos de oposição. O agravamento da situação ocorreu em 1967, durante o governo de Costa e Silva, quando fica evidente a insatisfação de várias esferas sociais em relação ao regime e como forma de contra ataque, as forças militares resolvem tornar mais rígida a repressão a aqueles que demonstravam discordância com o plano governamental implantado.

É nesse contexto que se destacam Ademar de Barros e Carlos Lacerda, ambos apoiadores do golpe de 1964 e representantes da ala conservadora do Brasil, porém, arrependidos por terem participado da escalada militar ao poder. Em seu livro: "História do Regime Militar", Napolitano (2016) apresenta uma fala de Carlos Lacerda em que o mesmo afirma ter a obrigação de reunir as pessoas para reparar o erro no qual participou.

Dessa obrigação que Carlos Lacerda toma para si, surge a Frente Ampla, que possuía as funções de promover o retorno da democracia ao Brasil e a implantação de um plano econômico que promovesse o desenvolvimento do país. Este movimento teve o apoio de Juscelino Kubitschek e João Goulart, anteriormente criticados por Lacerda durante seus governos.

Figura 6 - Carlos Lacerda comemora o golpe de 64



Fonte: [www.reddit.com](http://www.reddit.com)

Carlos Lacerda juntamente com a Frente Ampla criticava ao mesmo tempo o governo e o MDB, com o objetivo de adquirir o apoio dos parlamentares oposicionistas. Para conseguir sua meta Lacerda mesclava os interesses da oposição e do conservadorismo, formando uma abundante ordem democrática, que foi oficializada no dia 23 de março de 1967 e possuía resumidamente como programa de governo:

- a) Elaboração de uma constituição democrática, com direito a greve e pluralidade partidária.
- b) A restauração do poder civil.
- c) O retorno das eleições diretas para presidente, vice-presidente, governador e prefeito das capitais.

Dessa forma Carlos Lacerda, com pretensões à presidência, encontrou dificuldades para estabelecer uma aliança com o governo e resolveu adotar uma postura de oposição definitiva, atacando ministros de Costa e Silva, aumentando assim, a tensão do período que já estava bastante elevada.

As pretensões e planos de Carlos Lacerda são deixados em evidência na seguinte afirmação de Branco (1978):

Candidato declarado à presidência, Lacerda investia contra o bipartidarismo, um dos sustentáculos do novo regime, atuando no plano das bancadas parlamentares federais no sentido de viabilizar o “terceiro partido”, um desdobramento necessário ao desenvolvimento da Frente Ampla (BRANCO, p.102)

A Frente Ampla tentou impedir que a ditadura fosse instaurada no Brasil e defendia a realização de novas eleições presidenciais, enfim, buscava criar um acordo entre o governo militar e a redemocratização.

#### 2.3.4 O Movimento estudantil

Outro aspecto marcante durante o mandato de Costa e Silva foi a participação estudantil. A insatisfação estudantil vem de antes do golpe de 64, com questões como: a reforma universitária, o questionamento da cátedra vitalícia dos docentes, a ampliação das universidades federais, a melhoria do ensino público, o problema dos excedentes, onde estudantes aprovados no vestibular não conseguiam ingressar na

academia por ter suas vagas ocupadas por alunos com notas supostamente superiores e os acordos MEC-USAID.

Os acordos MEC-USAID eram contratos feitos entre a Agência Para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos e o Ministério da Educação brasileiro, que foi considerado pelos estudantes de esquerda uma afronta ao interesse nacional. Tratava-se de um projeto liberal que apresentava uma tendência à privatização do ensino superior, que capacitava docentes para lecionar em cursos técnicos voltados para a criação de mão de obra com o objetivo de ocupar cargos em indústrias nos Estados Unidos. Isso pode ser observado na afirmativa de Franzon (2005):

Com isso, o problema que se apresenta é de uma histórica educação formal que não levaria à emancipação do indivíduo ou o manteria numa relativa ignorância, justamente pelo fato de a própria legislação do ensino não refletir a realidade e as necessidades internas, por sofrer influxos do capital desde a elaboração da norma, levando inclusive os próprios docentes a servirem de instrumento para os fins almejados pelo poder hegemônico (FRANZON, p.36)

Como visto os estudantes desde antes do governo de Costa e Silva atuavam na defesa de seus ideais e interesses, mas foi durante o mandato do segundo presidente da ditadura que essa participação foi intensificada, quando os discentes passaram a fazer parte de grupos de oposição ao governo e atuar ativamente em protestos contra o governo federal.

Isso é mostrado por Coelho (2011), em seu artigo: “Esquerda em movimento: estudantes em luta na resistência à ditadura militar (1964/1968)”, é apresentado o argumento que entre 1967 e 1968 houve uma intensificação da participação discente no conflito contra a política militar, que podia ser notada pelo fato dos estudantes estarem se filiando a grupos de esquerda e realizando pichações, panfletagens, passeatas e comícios-relâmpagos de caráter contraditório ao regime.

A ação discente ganhou força em março de 1968 com o incidente no Restaurante Calabouço, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Nessa ocasião a polícia militar invadiu o local e durante a confusão o estudante paraense Edson Luís foi morto com um tiro no peito desferido por Aloísio Raposo, comandante da tropa.

O corpo do jovem foi resgatado do carro do IML e carregado em passeata pelo centro do Rio de Janeiro até as escadarias da Assembléia Legislativa e lá ocorreu a autópsia e o velório.

O homicídio de um estudante pela ditadura militar causou indignação e comoção na sociedade e iniciou um ciclo de manifestações populares. Durante o enterro de Edson Luís, os estudantes dão origem à frase: “Nesse luto começa a luta” e a partir desse momento ampliam as ações contra o regime, promovendo no primeiro semestre 56 manifestações anti-ditatoriais, que em sua maioria sofreu repressão por parte da polícia, esses protestos e passeatas resultaram em grande repercussão e afetava diretamente a imagem do governo.

Figura 7 – Corpo de Edson Luís na Assembleia Legislativa



Fonte: <https://oglobo.globo.com>

No dia 21 de junho de 1968, sexta-feira, a passeata que ocorria no centro do Rio, sofre repressão por parte da cavalaria da polícia militar, houve reação popular e os militares responderam com tiros e ao fim da batalha que se estendeu por uma extensa área do centro e durou horas, deixou um saldo de 3 a 28 mortos (há controvérsia em relação a esse número devido a divergências entre os números oficiais e a documentação dos hospitais), centenas de feridos e mais de mil presos, a esse acontecimento deu-se o nome de “Sexta-feira Sangrenta”.

Após essas duas demonstrações de extrema violência militar ocorreu no dia 26 de junho de 1968 a “Passeata dos Cem Mil”, que foi um grande protesto com participação estudantil, artística e intelectual que clamava pela redemocratização do Brasil.

Essa passeata é considerada a maior manifestação contra o regime ditatorial, os manifestantes andaram pelo centro do Rio de Janeiro proferindo palavras de ordem como: “abaixo a ditadura” e “Libertem nossos presos”.

No decorrer do protesto uma comissão composta por civis foi elaborada com o intuito de participar de uma audiência com o presidente Costa e Silva. Dias depois durante o encontro com o líder do executivo a comitiva solicitou a libertação dos estudantes presos, maiores investimentos para as universidades, aumento da quantidade de vagas para o ingresso no ensino superior, o fim da censura e a reabertura do restaurante Calabouço, fechado desde o infeliz incidente envolvendo o estudante Edson Luís. Nenhuma dessas reivindicações foram aceitas.

Figura 8 - Passeata dos Cem Mil, Rio de Janeiro (1968)



Fonte: <https://oglobo.globo.com>

Entre os artistas que participaram desse movimento podemos citar: Tônia Carrero, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, Milton Nascimento, Eva Wilma, Zuenir Ventura, Fernando Gabeira entre outros.

No aniversário de cinquenta anos da Passeata dos Cem Mil o G1 (canal de notícias da rede Globo), entrevistou dois dos manifestantes que participaram do protesto: a atriz Eva Wilma e o jornalista Zuenir Ventura. Durante essa conversa os entrevistados lembraram particularidades da manifestação e comentaram a importância do ato encabeçado pelos estudantes.

Eva Wilma durante a conversa expôs um dos motivos da participação da classe artística ao protesto, a censura:

Nós estávamos realmente sufocados pela censura, que não permitia que se falasse nem por metáfora o que estava acontecendo. Eu estava numa época de amadurecimento, de conscientização importante, fazendo um espetáculo de muito sucesso, ao lado do Calabouço, no Teatro Maison de France. Local onde foi assassinada uma criança. E isso, eu acho que foi o estopim da nossa greve. Nós decidimos parar os teatros<sup>3</sup>

Concluindo a entrevista Zuenir Ventura exalta a importância da passeata, onde os estudantes acreditavam que estavam atuando apenas no âmbito político, mas na verdade o momento estava atuando também na área comportamental e cultural, como pode ser observado em sua fala:

Os estudantes achavam que estavam fazendo uma revolução política. Mas, na verdade, eles fizeram uma revolução comportamental e cultural. O que ficou de conquista daquela época foi no plano do comportamento. Os movimentos negro, gay, ambiental e, sobretudo, feminista começaram ou se solidificaram naquela época. E de qualquer maneira houve um avanço<sup>4</sup>

### 2.3.5 O Movimento operário

Este movimento teve uma participação significativa durante o mandato do segundo presidente da ditadura militar. Entre 1967 e 1968, com os grupos oposicionistas se organizando, ganhando força e promovendo manifestações, os trabalhadores viram a oportunidade para apresentar as reivindicações sindicais e mostrar o descontentamento da classe trabalhista em relação ao governo militar.

Muito desse desafeto entre operários e regime se deve a uma resolução firmada durante o governo do presidente Humberto Castello Branco (1964-1967), o congelamento salarial, que impactou fortemente a renda e as condições de vida do trabalhador.

---

<sup>3</sup><https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/passeata-dos-cem-mil-50-anos-eva-wilma-e-zuenir-ventura-relembra-momentos-marcantes.ghtml>

<sup>4</sup><https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/passeata-dos-cem-mil-50-anos-eva-wilma-e-zuenir-ventura-relembra-momentos-marcantes.ghtml>

A mudança para o mandato de Costa e Silva dando continuidade a essa medida em relação aos salários dos empregados resultou em duas importantes manifestações grevistas em 1968, a primeira em Minas Gerais e a outra em São Paulo.

Figura 9 - Greve em Contagem, Minas Gerais (1968)



Fonte: Memoriasdaditadura.org.br

Como visto no artigo escrito por Momesso (2008), a greve ocorrida em Minas Gerais se deu em Contagem no dia 16 de abril de 1968, foi planejada dentro da própria fábrica pelos metalúrgicos, teve a participação de 15 mil trabalhadores, os diretores da empresa foram mantidos como reféns e liberados depois de uma semana com o fim da greve. O governo negociou com os grevistas e ao fim foi dado um abono de 10%, que dois meses depois foi difundido como regra para todo o país, obtendo desta forma uma vitória parcial.

Essa ação por parte do governo proporcionou um breve período de tranquilidade entre o regime militar e os trabalhadores, mas sem o controle inflacionário, rapidamente o reajuste se tornou obsoleto e mais uma vez os operários fizeram manifestações pedindo mais um abono entre outras reivindicações.

Figura 10 – Greve dos operários da Cobrasma (Osasco-SP)



Fonte: Esquerdadiario.com.br (1968)

Em São Paulo, o movimento grevista ocorreu em Osasco no dia 16 de julho de 1968, tendo início com a paralisação por seis dias de 6000 funcionários da empresa Cobrasma e depois se espalhou por outros setores. A organização de greve também foi feita internamente por membros da fábrica contando com a influência de várias organizações de esquerda- Ação Popular (AP), Aliança Nacional Libertadora (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e de operários da chamada igreja progressista.

Durante a greve em Osasco, 16 diretores e engenheiros foram presos na empresa Cobrasma e para que houvesse a libertação dos reféns foi exigido um reajuste salarial de 35%. Essa atitude por parte dos operários resultou na ocupação da cidade pelo exército, a invasão das fábricas e sindicatos e prisão de líderes sindicais e de mais de 500 grevistas, finalizando de forma dura a greve paulista em poucos dias.

A repressão de forma rígida por parte da ditadura militar tornou os sindicatos párias, limitou ainda mais os já quase inexistentes direitos jurídicos do cidadão e fez o movimento trabalhista que apresentava um crescimento acentuado, regredir e estagnar por mais uma década. Santana (2008) enfatiza essa afirmativa no trecho:

Ao fim de 68 os passos do endurecimento do regime estavam lançados, e consolida-se com a decretação, em dezembro, do Ato institucional Nº 5. O “milagre econômico” ia deslanchando, os grupos de esquerda, com raras exceções, se engolfam cada vez mais nas ações armadas e o regime replica com mão de ferro. Para o movimento operário sindical começa espera e ações subterrâneas. (...) Seriam necessários mais de 10 anos para que o movimento operário voltasse à tona novamente, abrindo uma de suas etapas mais luminosas (SANTANA, p.32)

### 2.3.6 O Ato Institucional nº 5

Um dos principais pilares de sustentação do governo militar fora os Atos Institucionais, essas ações tinham como função legitimar juridicamente o regime e instituir a ditadura no Brasil.

Durante os anos de 1964 e 1969 foram emitidos um total de 17 Atos Institucionais, que juntamente com a Lei de Empresa e a Lei de Segurança Nacional, ambas criadas em 1967, formavam um conjunto que proporciona a autenticidade às ilegalidades e violências cometidas pelos militares e a ampliação dos poderes do Executivo.

Os principais decretos de força (Atos Institucionais) foram:

- Ato Institucional nº1, emitido em 9 de abril de 1964, esse decreto permitiu juridicamente a prisão de cidadãos para investigação e a promoção do expurgo no funcionalismo público. O AI-1 tinha a função de controlar e neutralizar os opositores à ditadura.
- Ato Institucional nº2, formulado em 27 de outubro de 1965, deixou clara a intenção de que os militares não saíam do poder, fazendo com que vários apoiadores do golpe de 1964 rompam com o regime. Foi esse Ato que cassou os poderes políticos dos cidadãos por 10 anos, extinguiu os partidos políticos e tornou a eleição para presidente indireta.

- Ato Institucional nº3, manifesto em 5 de fevereiro de 1966, torna a eleição para governador indireta e a escolha dos prefeitos das capitais por meio de nomeação feita pelos governadores. Para exercer o cargo o prefeito nomeado deveria antes ser aprovado pela Assembléia Legislativa do estado que pretendia assumir.
- Ato Institucional nº4, proferido no dia 7 de dezembro de 1966, foi através dele que se outorgou a Constituição de 1967 para substituir a Constituição de 1946 e facilitar a governabilidade dos militares.

Figura 11 - AI-5 em vigor



Fonte: <https://oglobo.globo.com>

- Ato Institucional nº5, é considerado o Ato mais conhecido por ser responsável pela ampliação da perseguição e repressão a cidadãos considerados subversivos pelo governo, decretava o recesso do Congresso Nacional, a intervenção nos estados e municípios, a cassação de mandatos parlamentares, a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, o confisco de bens considerados ilícitos, permitia o uso da tortura como aparato investigativo e abolia o Habeas Corpus para que o preso político pudesse ficar mais tempo em poder do Estado.

Emitido em 13 de dezembro de 1968, no mandato de Costa e Silva, o AI-5 foi uma resposta do regime militar para as inúmeras manifestações

ocorridas principalmente por parte dos operários, estudantes, artistas, intelectuais, enfim, qualquer cidadão ou instituição que defendesse ou apoiasse uma posição oposta a do governo, como pode ser visto no trecho abaixo escrito por Marcelo Siqueira Ridenti:

Com o AI-5, foram presos, cassados, torturados ou forçados ao exílio inúmeros estudantes, intelectuais, políticos e outros opositores, incluindo artistas. O regime instituiu rígida censura a todos os meios de comunicação, colocando um fim à agitação política e cultura do período (1990, p.152)

Os protestos contribuíram para manter os militares em alerta em relação aos possíveis inimigos do Estado, mas o que é considerado como o estopim para a criação do AI-5, foram os discursos proferidos pelo deputado do MDB, Márcio Moreira Alves.

Nesses pronunciamentos que ocorreram nos dias 2 e 3 de setembro de 1968, havia a convocação da população para o boicote das festividades do 7 de setembro como forma de protesto contra as violências praticadas pelos militares aos estudantes e a acusação de que o Exército era um reduto de torturadores. O governo militar exigiu que o deputado fosse processado com base no artigo 151 da Constituição, sob a acusação de: “uso abusivo do direito de livre manifestação e pensamento” e por “injúria e difamação das forças armadas com intenção de combater o regime vigente e a ordem democrática instituídas pela atual Constituição”.

No mesmo mês Costa e Silva se reuniu com o Alto Comando militar e resolveu obedecer as decisões tomadas pelo legislativo e judiciário em relação ao processo de Moreira Alves, mas a Câmara dos Deputados, passou a apresentar relutância em autorizar a licença necessária para processar o deputado. No dia 13 de dezembro de 1968 através de votação, a Câmara não deu parecer favorável à ação requerida pelos oficiais. A reação a essa derrota é apresentada por Claudio Beserra de Vasconcelos da seguinte forma:

Com a recusa, a "linha-dura" pressionou Costa e Silva a tomar atitudes. Apesar de ter dito que o Congresso era "intocável" e que suas decisões deveriam ser respeitadas, o presidente capitulou e o resultado foi a edição do Ato Institucional n.5, no dia 13 de dezembro

de 1968. Em complemento, foi editado o Ato Suplementar n.38, pondo o Congresso em recesso por tempo indeterminado. Nos meses subsequentes foi feita nova "limpeza" não só no Legislativo, mas em todos os locais onde pudesse haver supostos focos de oposição, como, por exemplo, no interior das próprias forças armadas. Além disso, através de atos e decretos ampliou-se o poder do Executivo. O que cabe salientar é que, antes da opção pela força, o governo investiu em negociações com o Congresso para conseguir autorização para punir o deputado Márcio Moreira Alves( 2013)

Esse comportamento da “linha-dura” se deve ao receio de perder o comando da Câmara, considerada indispensável para a manutenção do regime e das instituições, Costa e Silva após constatar que recebeu o apoio de apenas duas bancadas (a capixaba e a baiana), pôs em prontidão as forças armadas, reuniu-se com ministros militares e comandantes do exército, proibiu aos meios de comunicação a divulgação de informações relacionadas ao processo de Márcio Moreira e resolveu tornar mais rígidas as regras que norteiam o regime, proferindo no mesmo dia o AI-5.

Figura 12 – Discurso de Márcio Moreira Alves



Fonte: memóriadaditadura.org.br (1968)

Assim que estabelecido o AI-5 em uma reunião denominada de “Missa Negra”, se deu início aos “Anos de Chumbo” no Brasil. O Ato foi lido por Gama e Silva, ministro da justiça, em rádio nacional, onde foi deixado evidente que o decreto não tinha prazo de vigência e era uma forma do governo punir aqueles que discordavam ou se opunham ao regime militar.

E dessa forma o país experimentou os anos mais rigorosos da ditadura militar, onde prevaleceram a violência exacerbada e a repressão desmedida, com exílios, prisões, mortes e desaparecimentos aos opositores do governo ditatorial.

## CAPÍTULO III

### O DISCURSO E SUAS CONTRADIÇÕES: ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE DE COSTA E SILVA

A partir desse capítulo iremos analisar o discurso de posse de Artur da Costa e Silva, fazendo uma comparação entre os acontecimentos históricos ocorridos no mandato e o que foi dito no pronunciamento de posse, tendo ainda como apoio a utilização do método de análise proposto por Chilton e Schäffner (2011). Este modelo divide-se em: coerção; encobrimento; legitimação/ deslegitimação; e oposição/protesto.

Essa análise busca responder às questões: Será que realmente foi cumprido por Costa e Silva aquilo que o mesmo pronunciou em sua cerimônia de posse? Houve coerência entre seus decretos presidenciais e a mensagem oral proferida em 25 de março de 1967? Para responder essas questões foi necessária a observação do contexto histórico, sociedade e realidade em que o discurso foi produzido.

O discurso de Costa e Silva é composto por 2 laudas e pode ser encontrado no site [WWW.presidencia.gov.br](http://WWW.presidencia.gov.br), foi transmitido ao vivo pelos meios de comunicação da época nos quais podemos citar: rádio e TV Globo, TV Tupi e TV Excelsior.

#### 3.1 O dia da posse

Com base no que é apresentado pelo vídeo feito pelo governo militar em relação à posse de Costa e Silva, pode ser observado que a cerimônia ocorreu no anfiteatro do Palácio do Planalto e contou com a presença de senadores, deputados, as mais altas autoridades do país, representações estrangeiras, membros do corpo diplomático e dos ministros: Delfim Neto, Magalhães Pinto, Mário Andreazza, Tarso Dutra, Augusto Rademaker, Albuquerque Lima e Eduardo de Macedo Soares. Como de praxe, o presidente Costa e Silva presta o juramento solene dos termos da Constituição:

“Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral e sustentar a União, a integridade e a Independência do Brasil”. (juramento presidencial brasileiro).

Em seguida ocorre que o presidente Castello Branco manifesta a sua confiança no governo que será assumido por Costa e Silva e prevê que sob a liderança de seu predecessor haverá tempos de grandeza e de constante evolução. Após a passagem da faixa presidencial, o presidente recém empossado faz seu primeiro discurso como líder do executivo, em seguida o agora ex-presidente Castello Branco retira-se do local da cerimônia.

Dando sequência ao protocolo o primeiro mandatário assina os atos de nomeação do seu ministério e dos mais altos auxiliares e em seguida Costa e Silva faz sua primeira aparição pública como chefe do executivo. Abrilhantando a ocasião e em honra ao governo o Batalhão de Guardas sediado em Brasília efetua um pomposo desfile.

Durante a tarde no Planalto, Costa e Silva recebe os cumprimentos das missões especiais estrangeiras e do corpo diplomático. A noite no Palácio da Alvorada é oferecida pelo recém-empossado e a primeira dama Iolanda Costa e Silva uma recepção, prestigiada por representantes diplomáticos e personalidades da República.

Figura 13 - Posse de Costa e Silva (1967)



Fonte: memorialdademocracia.com.br

### 3.2 A grave emoção

É com grave emoção que recebo das mãos honradas de Vossa Excelência as insígnias simbólicas da magistratura suprema da República. Tenho consciência nítida e profunda da significação deste ato e deste momento. Para eles vêm confundir as esperanças e as incertezas, as aspirações e as realidades de um novo simples e bom, sofredor e paciente, tocado do sentimento caloroso da terra em que nasceu e da sua vocação para a grandeza<sup>5</sup>

Ao receber a faixa presidencial no Palácio do Planalto das mãos do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, Costa e Silva alega sentir uma “grave emoção”. O foco dessa sentença se encontra na palavra “grave”, geralmente empregada com o significado ligado a expressões que indicam perigo ou seriedade.

Isso demonstra que o recém empossado presidente tem plena consciência da séria situação a qual ele foi inserido, ocupando o cargo de líder de um governo nascido de um golpe, em que o presidente anterior, para firmar a legitimidade, facilitar sua governabilidade e concretizar seus objetivos tomou medidas políticas e econômicas que causam desagrado a muitos.

Sabe que o momento exige uma maior rigidez por parte do regime com a função de conter os crescentes opositores e que sua escolha não foi por acaso, já que ele representa a vitória da chamada “linha dura” e deve cumprir as obrigações do cargo executivo seguindo as instruções e anseios daqueles que o puseram no poder, como ascendeu ao posto sem voto popular, há uma grande possibilidade de não ser ao povo que Costa e Silva irá representar.

O que acontece durante seu mandato deixa claro que foi um presidente escolhido para agir de acordo com uma cúpula de ideologia mais rígida, em relação às demonstrações de descontentamento popular e que tivesse coragem para pôr em prática aquilo que é tido como o mais apropriado para a ditadura vigorar.

---

<sup>5</sup> Discurso de posse Artur da Costa e Silva proferido em 03/1967. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>

### 3.3 Miríade de elogios

Quem deixa um cargo desta altitude, nas condições em que Vossa Excelência o faz, não leva, apenas, a tranqüilidade de uma consciência alta e límpida, que se empenhou, dia por dia, no cumprimento dos deveres mais ásperos, que jamais pesaram sobre o espírito e o coração de um homem de Estado, em tempos dos mais tormentosos da vida nacional; deixa também, como sinal de sua passagem, traço luminoso e vivo, que é diretriz, lição, exemplo. Em verdade, o Governo de Vossa Excelência constitui-se em diretriz de decisão, de firmeza e constância numa hora espessa, de inquietudes, incertezas e vacilações; lição de austeridade e espírito público, exemplo de coragem e honradez. Eis aí virtudes que me parecem pertencer à própria essência do exercício do cargo que Vossa Excelência ilustrou tão vivamente<sup>6</sup>

Nesse momento, começa no discurso uma seção de enaltecimento à administração e a pessoa do presidente Castello Branco, onde Costa e Silva afirma ter presenciado e assistido os esforços do governo anterior para realizar suas metas, sempre enfatizando a liberdade e enfrentando a não compreensão, a má fé e a cobiça do poder que os cercava.

O recém empossado menciona que o país passava por uma difícil fase para os ideais republicanos e que medidas mais ásperas e imposições imperativas da ordem e da autoridade foram necessárias por parte do presidente para superar esse momento tão incerto, mas graças à coragem, firmeza, honradez, exemplo e austeridade de Castello Branco, as atribulações foram sanadas e a passagem do virtuoso presidente-general pela presidência foi marcada com um traço luminoso e vivo.

Podemos observar através do modelo de Chelton e Schäffner (2001), uma clara tentativa de legitimação, quando Costa e Silva enumera tantos elogios ao mesmo tempo em que descreve as dificuldades que supostamente o Brasil e o ex-presidente Castello Branco tiveram que superar, passa a idéia de que foi graças ao regime e seus anseios, juntamente com as ações do poder executivo os responsáveis pela superação das adversidades, e como o novo presidente está ligado ao mesmo modo de pensar, o país continuará superando os obstáculos que surgirem.

---

<sup>6</sup> Discurso de posse Artur da Costa e Silva proferido em 03/1967. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>

O homem virtuoso, Castello Branco, tomou posse após um golpe civil-militar, que para evitar a suposta invasão comunista no Brasil, tirou do poder o presidente eleito João Goulart. Em 11 de abril de 1964, através de eleição indireta foi escolhido presidente e é responsável por instaurar os Atos Constitucionais 1,2,3 e 4 que tinham a função de proporcionar a governabilidade do regime militar e serviram como base para a futura violência e repressões que o AI-5 proporciona à quem discordasse do governo. O “traço” que Costa e Silva diz ter sido deixado por Castello Branco, tratava-se na verdade de um alicerce no qual a ditadura se instaura e perdura por 21 anos.

### **3.4 A presidência como posto de comando moral**

A Presidência da República não é apenas uma forma de exercício administrativo. É muito mais do que um cargo executivo. É, acima de tudo, um posto de comando moral. Assim a compreendo e assim quero exercê-la, com a suprema aspiração de ser útil ao meu País, na medida humilde do que sou<sup>7</sup>

Costa e Silva durante seu discurso menciona que em sua opinião a presidência extrapola a área administrativa e passa a ser um posto de comando moral e que será dessa forma que irá exercer seu mandato, através dessa convicção será útil a seu país.

Tendo em vista essa afirmativa surgem os questionamentos: a moral citada pelo presidente está ligada a uma forma considerada universal, defendida por filósofos como Aristóteles, no Livro V da ética a Nicômaco (1996), buscando como resultado a felicidade? Ou talvez tenha como inspiração Kant (2004), que rejeita as teorias aristotélicas e defende a moral como função à preservação da dignidade do homem?

A palavra moral nesse discurso político estudado, de acordo com o que acontece no mandato de Artur da Costa e Silva, não está presente em nenhuma das hipóteses citadas acima, e provavelmente não será encontrada em nenhum contexto relacionado à felicidade e dignidade.

---

<sup>7</sup> Discurso de posse Artur da Costa e Silva proferido em 03/1967. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>

A moral pregada se assemelha à moralidade cristã do fim do século XIX, como exemplo pode citar Nietzsche (2007) em sua fala: “o cristianismo é a revolta de tudo o que rasteja pelo chão contra tudo aquilo que tem altura”. Trata-se de uma crítica ao cristianismo que tornou a vida de Jesus Cristo um fundamento religioso absoluto e que resultaria no enfraquecimento humano.

Isso consiste em uma vida que inverte os valores morais presentes na antiguidade, o que era bom (força, coragem, orgulho e competição) passa a ser características de homens maus e o que era ruim (submissão, humildade e fraqueza) passaram a serem adjetivos vinculados aos bons homens.

Com o auxílio do bordão amplamente utilizado pelos militares: “Em defesa da moral e dos bons costumes”, ocorre a adaptação dessa nova moralidade, que tem como principal característica perseguir e neutralizar aqueles que não compactuam com a ditadura militar, ou seja, caça aos não submissos.

O fato de discordar do governo, imediatamente tornava o cidadão inimigo do Estado, tudo aquilo que desagradava à cúpula ideológica, nas várias áreas do conhecimento era taxado como subversivo e censurado. As especificidades eram abominadas, havia uma tentativa de padronização social, onde todos deveriam seguir os valores e moral escolhidos pelo governo e que estavam diretamente ligados ao que o pensamento militar achava correto e esta concepção baseada na moralidade cristã.

Essa moralidade englobava valores pessoais pertencentes a quem estava no patamar mais alto do poder, crença religiosa e deveres militares, todas as ações produzidas pelo Estado eram atreladas ao patriotismo e civismo, logo, divergir do que era dito ou feito pelos militares resultaria em punições rigorosas, que variavam entre tortura, extradição ou morte, já que da forma que os decretos eram elaborados a discordância ocorria simultaneamente ao governo e à Pátria.

A afirmação de Costa e Silva em relação ao “Comando” está coerente, já que a palavra está diretamente ligada a controle e não há dúvida que havia uma manipulação por parte da ditadura em relação ao modo de se portar da população civil, porém, o conceito moral utilizado é errôneo, pois utilizava instrumentos como medo, censura e tortura para alcançar um padrão de moralidade pretendido pelo governo ditatorial, sem embasamento científico e composto por credices e manias.

### 3.5 “Inflação e prosperidade”

Não me iludo com as provações e tropeços que me esperam, os fluxos e refluxos da opinião pública, desconexão dos esforços, os emperramentos da máquina administrativa, as incertezas políticas, os choques de ambições, os desacordos, as divergências e as discórdias que caracterizam a vida pública. Conheci intimamente as vicissitudes que a paciência e a tolerância têm de afrontar para atingir o termo de cada dia de governo. Sei como se tentou e se continuará tentando associar os inconciliáveis — inflação e prosperidade — e dissociar os que só conseguem marchar juntos — desenvolvimento e educação<sup>8</sup>

Em seu pronunciamento, Costa e Silva afirma dar continuidade à meta de diminuir a inflação e guiar o país rumo à prosperidade. Para este feito seu governo utilizou uma política desenvolvimentista que seguia o modelo aplicado nos anos 50, com o objetivo de obter desenvolvimento econômico em um curto período de tempo, focando em investimentos públicos e consumismo.

A implantação deste projeto econômico, denominado PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), resultou no crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), aumento da industrialização, do consumo, queda da inflação, maior entrada de investimento estrangeiro, ampliação dos déficits públicos, com títulos governamentais, centralização das operações financeiras e o aumento de crédito imobiliário, rendeu a essa fase que durou de 1968 a 1973 a alcunha de “milagre econômico”. Podemos observar na afirmativa de Resende (1990) as três áreas em que o PAEG atuou com mais afinco e que proporcionou o avanço econômico registrado nesse período:

A convicção da necessidade de reformas institucionais acompanhou o PAEG desde seu diagnóstico. Três áreas foram particularmente destacadas, refletindo, acertadamente, a percepção do governo a respeito dos pontos de estrangulamento institucionais da economia: primeiro, a desordem tributária; segundo, as deficiências de um sistema financeiro subdesenvolvido e a inexistência de um mercado de capitais; e, por último, as ineficiências e as restrições ligadas ao comércio exterior (RESENDE, p. 228)

---

<sup>8</sup> Discurso de posse Artur da Costa e Silva proferido em 03/1967. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>

Muito desse “milagre” se deve ao fato de o governo ter controle dos vários meios de comunicação e utilizá-los para divulgar apenas as notícias favoráveis à política econômica. A censura às informações que criticavam o desenvolvimentismo proporcionou uma falsa segurança, fazendo que empresários e investidores, não poupavam esforços para aproveitar o período econômico promissor.

Esse aspecto do discurso de posse foi cumprido, realmente houve a queda da inflação e prosperidade no mandato de Costa e Silva, porém, para se conseguir esta façanha foi necessário o encobrimento de informações, umas das estratégias defendidas por Chelton e Schäffner (2001).

Ao utilizar o encobrimento, o Estado filtra aquilo que pode desmotivar ou contrariar a sociedade, para que haja uma maior eficácia na realização dos objetivos planejados pelos detentores do poder.

A estratégia de encobrir estava ocultando o fato de o governo federal sempre favorecer o empresariado nas negociações, permitir obras de infra-estrutura superfaturadas e congelar os salários dos trabalhadores, aliás, este último aspecto foi o principal fator que gerou as greves nas fábricas e manifestações que culminou na emissão do Ato Institucional nº5.

Sim, o milagre ocorreu, mas o preço pago foi alto, afinal, deixou como uma das consequências o Ato institucional nº5, onde a violência, repressão, morte, extradição e tortura viraram instrumento de manutenção da ditadura e como herança, o aumento da dívida externa e da desigualdade social.

### **3.6 “Paciência e tolerância contínuas”**

Trago, pois, para exercício da Presidência, uma larga lição de experiência — propiciada pela ação direta, pela observação e pela reflexão — do trato da coisa política, que requer paciência e tolerância contínuas, e do trato da coisa pública, que impõe esforço constante de inteligência, coragem e tenacidade. Acima de tudo, trago preparados espírito e coração<sup>9</sup>

Em determinado momento do pronunciamento, Costa e Silva comunica possuir experiência no campo político, um conhecimento adquirido através da

---

<sup>9</sup> Discurso de posse Artur da Costa e Silva proferido em 03/1967. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>

observação, reflexão e ação direta. No mesmo trecho vossa excelência diz que o trato da coisa pública deve estar associado à paciência, tolerância e algumas outras virtudes.

O recém empossado tinha consciência de como agir durante sua atuação à frente do poder executivo, porém o que ocorreu foi completamente oposto de tolerante e paciente.

A paciência e tolerância de Costa e Silva foram postas à prova no ano de 1968, onde dois movimentos populares demonstravam através de manifestações, panfletagens, discursos-relâmpagos e greves o descontentamento pelo modo que o Brasil estava sendo governado.

O movimento estudantil ganhou intensidade em março de 1968, quando de forma truculenta e abusiva a polícia militar invadiu o Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Nessa ocasião havia um protesto pacífico por parte de estudantes devido ao aumento do preço referente ao almoço, ao tomar conhecimento da manifestação que ocorria no estabelecimento comercial, uma guarnição da PM sob o comando de Aloísio Raposo se deslocou até o recinto e adentrou atirando nos manifestantes.

Em meio à confusão, o estudante Edson Luís foi alvejado e morto, causando indignação e comoção que teve como consequência a inúmeros protestos que clamavam pela redemocratização do Brasil.

O movimento operário demonstrava o descontentamento da classe trabalhadora em relação ao governo federal desde o congelamento salarial ocorrido no mandato do presidente Castello Branco. Essa medida causou grande impacto nas condições de vida do trabalhador e foi o principal fator para as manifestações grevistas nas fábricas de Contagem em Minas Gerais e Osasco em São Paulo.

Os grevistas reivindicavam aumento salarial, para compensar a desvalorização ocorrida desde que o presidente anterior decretou através de sua política econômica de arrocho, que a remuneração deveria permanecer sem reajuste. Em Minas Gerais, após as negociações, foi adotado um abono de 10% que após alguns meses foi repassado para todos os trabalhadores do país.

Em Osasco, a paciência chegou ao fim, reivindicando reajuste no ordenado, os grevistas sofreram intensa repressão. A cidade foi ocupada pelo exército, fábricas

e sindicatos foram invadidos e não houve o cumprimento das exigências, resultando no término da greve em poucos dias e com um total de 500 presos.

Após esses acontecimentos foi instituído o Ato Institucional nº5, onde manifestações foram proibidas, qualquer estudante, artista, trabalhador, intelectual, político ou instituição que mostrasse descontentamento à forma de atuação do governo federal sofreria punição rigorosa ou repressão desmedida.

No mandato de Costa e Silva, com a formulação do AI-5 inicia os chamados “Anos de Chumbo” e a confirmação da ditadura no Brasil. Um decreto onde se via claramente a intenção de reprimir com rigor quem se opunha ao regime ditatorial, onde a violência extrema e repressão sem limites eram corriqueiras e cotidianas, a paciência e a tolerância com certeza não faziam parte das prioridades do governo.

Utilizando a análise proposta por Chilton e Schäffner (2011), se observa o uso da estratégia denominada coerção, quando a força é empregada para se chegar ao objetivo estipulado como correto pelo Estado. Nesse contexto, a repressão e a violência são instrumentos para o impedimento daqueles que poderiam com seu modo de pensar ou agir, atrapalhar o andamento daquilo que o governo federal tinha que seguir para fazer um Brasil à sua imagem e semelhança.

### **3.7 A confiança dos concidadãos**

Confio em que não decairei, jamais, da confiança dos meus concidadãos e da rica herança que recebo das mãos honradas de Vossa Excelência. E peço a Deus que me conceda a graça de ser sempre justo e isento, firme na palavra empenhada e inflexível na ação necessária, e consagre a minha esperança de fazer pelo Brasil o que ele espera e merece<sup>10</sup>

Próximo ao término do pronunciamento, Costa e Silva assegura não decair jamais, da confiança dos seus concidadãos. A palavra confiança no contexto apresentado está ligada ao significado de lealdade. Essa fidelidade aos compatriotas, quando observada com base nos acontecimentos do governo de Artur da Costa e Silva, tende a contemplar majoritariamente aos interesses da classe militar, fazendo dessa forma que os civis executassem as inúmeras manifestações que se tornaram consequência neste mandato.

---

<sup>10</sup> Discurso de posse Artur da Costa e Silva proferido em 03/1967. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>

Apesar de expressar ser leal ao povo brasileiro, Costa e Silva, seguia os ideais do governo ditatorial e prezava pela manutenção e prosperidade do regime militar. Obedecia a ordens dos oficiais de chamada “linha-dura” e por muitas vezes deixava para o segundo plano os anseios da população civil.

Essa atitude é vista quando o presidente não ouve o clamor popular por aumento salarial e age de forma rigorosa em relação às manifestações populares que demonstravam o descontentamento com a atuação da administração federal.

Ademais, se a confiança dos concidadãos não tivesse decaído, não haveria tantos protestos e choques entre militares e civis. A cada decreto prejudicial ao povo, devido ao foco do cumprimento dos interesses das forças armadas, ou ações que produziam resultados repulsivos, o povo ia às ruas para reivindicar seus direitos ou mostrar sua indignação por algo que a ditadura causou.

Os vários protestos com participação de artistas, intelectuais, estudantes, trabalhadores e políticos, deixaram os militares em prontidão, com a suspeita de que havia a possibilidade de supostos inimigos do Estado serem os responsáveis pelas marchas, com o objetivo de desestruturar e desestabilizar o regime.

Para o governo, a confirmação dessa conspiração ocorreu depois que o deputado Márcio Moreira Alves, propôs o boicote das festividades dos 7 de setembro de 1968 e caracteriza o exército como refúgio de torturadores, como visto no trecho abaixo disponibilizado no site ([camara.leg.br](http://camara.leg.br)) retirado do discurso proferido pelo jornalista e deputado Márcio Moreira Alves, em versão interpretada, já que o original não mais existe:

No entanto, isso não basta. É preciso que se estabeleça, sobretudo por parte das mulheres, como já começou a se estabelecer nesta Casa por parte das mulheres parlamentares da Arena, o boicote ao militarismo. Vem aí o Sete de Setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem juntos com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai e cada mãe se compenetrasse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicote esse desfile( Marcio Moreira,1968)

A declaração do deputado do MDB<sup>11</sup> causou indignação aos militares e estes encaminharam à Câmara um pedido de processo contra o parlamentar. Ao ver que a ação movida contra Márcio Moreira não resultou em nada, o governo federal resolveu tornar mais rígido o modo de agir contra seus opositores, havia o receio de perder o controle do congresso e instaura o AI-5.

Observando os Atos Institucionais anteriores se notam que esses decretos estavam voltados para facilitar a governabilidade do regime ditatorial modificando ou anulando diretrizes que afetam na maior parte as regras que regiam a política administrativa, seja dando maiores poderes ao presidente, dissolvendo partidos, tornando as eleições indiretas para cargos públicos ou criando uma nova Constituição.

O Ato institucional nº5 deixa claro com quem estava a lealdade de Costa e Silva, já que foi criado um decreto para reprimir com rigor os opositores da ditadura, em sua maioria civis, que lutavam por condições dignas ou estavam mostrando para o regime o quanto estavam descontentes com a atuação apresentada pela presidência.

Esse descontentamento tem origem no governo anterior e ganha amplitude durante o mandato de Costa e Silva, mediante a continuidade do arrocho salarial, das situações precárias e injustas dos ensinos universitários e públicos e da forma violenta que a polícia tratava os cidadãos que resolviam expressar pacificamente sua indignação em relação ao governo federal.

Tendo o AI-5 como resposta da ditadura aos anseios do povo, resultado foi mais rigor, censura, repressão, proibições, dor, morte, medo, desaparecimentos e extradições, tudo para manter o regime, ter o controle administrativo e favorecer as ambições e planos dos militares e daqueles que estavam ligados à causa tirânica, mostrando que a preocupação de não decair da confiança dos concidadãos, que o presidente verbaliza em seu discurso, era voltada somente para aqueles compatriotas que o puseram no cargo através do voto indireto.

---

<sup>11</sup> Nesse período o Brasil vivia o bipartidarismo, devido ao Ato Institucional nº2, que extinguiu todos os partidos políticos e impôs regras rígidas para a formação de novos. Resultou na criação de apenas dois: Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava o governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida.

### 3.8 “Fazer pelo Brasil o que ele espera e merece”

O discurso estudado termina com essa afirmativa, a promessa foi feita pelo presidente recém empossado, e deu esperanças a alguns grupos sociais que viram nessas palavras a possibilidade de restabelecimento da democracia no Brasil. Vamos enumerar os acontecimentos do mandato de Costa e Silva e concluir se houve um real comprometimento com o enunciado.

Na área econômica a política do governo anterior foi parcialmente mantida, apesar do milagre econômico que ocasionou o aumento dos investimentos estrangeiros, maior consumo e crescimento industrial, foi mantido o decreto do presidente Castello Branco, que congelava os salários dos trabalhadores, contribuindo dessa forma para o aumento da desigualdade social e a queda no padrão de vida da população.

Em relação à sociedade, foi nesse período que a insatisfação do povo em relação ao governo é agravada e acontece a formação do movimento “Frente Ampla”, liderado por Ademar de Barros e Carlos Lacerda, ex-apoiadores do regime militar. Esse movimento buscava a redemocratização do Brasil e a implantação de um novo plano para a economia.

As inúmeras manifestações populares, em que podemos citar como referências a “Passeata dos Cem Mil”, consequência da comoção e indignação popular ao assassinato do estudante Edson Luís e as greves nas fábricas de Minas Gerais e São Paulo, resultado da insatisfação por parte dos trabalhadores devido ao não reajuste salarial, teve adesão de vários setores sociais, que buscavam o cumprimento de seus direitos e demonstravam descontentamento às ações do executivo.

O AI-5, resposta da administração federal à série de eventos contrários ao regime, tornou crime expressões de qualquer tipo ou área que criticasse as ações do governo, tendo como norma punições severas aos não cumpridores do decreto.

Uma época de medo, mortes, proibições, perseguições e outras coisas detestáveis são iniciadas, sempre com a finalidade de manter o que os militares denominavam de ideais da “Revolução de 64”, que inicialmente possuía amplo apoio civil, mas com o decorrer do regime foi perdendo sua base popular e na atual conjuntura caracterizava uma ditadura plena.

O ciclo de manifestações realizadas pelo povo seja em forma de marchas, panfletagens, greves, manifestações artísticas e outras expressões reivindicatórias, caracteriza o descumprimento da promessa de Costa e Silva, o que estava sendo feito no Brasil não era o que a nação esperava e merecia. Nenhum país almeja ou tem direito a uma situação dessas.

### **3.9 Repercussão do discurso da posse de Costa e Silva**

Uma característica marcante presente nos discursos de posse dos presidentes do período ditatorial do Brasil era a ênfase no compromisso do restabelecimento da democracia. Isso se deve a diversidade das alianças que deram origem à ditadura, que possuíam divergências, porém todas concordavam nos aspectos:

a) Tinham plena convicção que haviam evitado a formação de um regime autoritário comunista no Brasil.

b) A presidência deveria estar sempre ocupada por um representante do alto escalão militar.

A realidade de possuir um discurso democrático com práticas ditatoriais é vista no governo Costa e Silva, em suas movimentações eleitorais, quando almejava a presidência era visto como “Seu Artur”, uma espécie de bom homem, mais humano, que iria reduzir o rigor do regime militar, prometia tornar os ricos mais ricos e os pobres menos pobres, não atacar a frente ampla, preparar o caminho para uma democracia autenticamente brasileira, governar para o povo, respeitar as decisões do Legislativo, multiplicar as oportunidades de educação e reatar os entendimentos com a classe operária. Em sessão parlamentar no início de 1968, Costa e Silva afirma:

Existe nesse país uma democracia, o ano de 67 quando passamos de uma época de regime de exceção para um regime normal democrático foi bom, espero que 68 possamos continuar a cumprir nosso dever

Esse discurso amistoso e com aparente criação de um processo de diálogo, características não presentes no governo de Castello Branco, impactou positivamente na oposição e setores mais moderados e surpreenderam as alas mais

conservadoras do governo que esperavam que o próximo presidente seguisse uma linha tão quanto ou mais rígida que seu antecessor.

Por isso, quando eleito presidente a posse de Costa e Silva foi nomeada pela imprensa como “A posse da esperança”, já que prometia um maior diálogo entre governo e sociedade.

Figura 14 – Manchete da Revista Fatos e Fotos sobre a posse de Costa e Silva (1967).



Isso causou suaves alterações no comportamento do regime ditatorial, para se adaptar à nova imagem e ideais passados pelo recém-eleito, que segundo pessoas próximas, Costa e Silva pretendia sustentar em seu mandato. Podemos observar essa afirmação do historiador Daniel Aarão Reis especialista em ditadura militar em entrevista A Folha de São Paulo:

Objetivamente, não houve alterações profundas na maneira em que a ditadura se comportava, porém, havia mudanças, pois os melhores amigos e partidários de Costa e Silva sustentavam que ele estava realmente decidido a manter a situação de abertura (REIS, 2019)

A repercussão popular pode ser observada no filme de propaganda do governo da época, que expõe e informa que apesar do mau tempo, houve a participação popular durante a passagem de poder. Apesar dos enquadramentos fechados da película que dificulta estimar a quantidade de pessoas que compareceram, é possível ver em determinados dimensionamentos a presença de

populares portando cartazes manifestando apoio ao novo mandatário e até de crianças observando a cerimônia. Esse curta-metragem pode ser acessado através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=6hld3dXLbCE&t=3s>.

Costa e Silva era visto no início de seu mandato como afável no diálogo e discreto nos momentos decisivos, mesmo quando eram favoráveis a ele, audacioso,esperto e com um excelente senso de oportunidade, um bom líder. Era essa a imagem que no decorrer do seu governo foi sendo substituída pela figura de mais um militar truculento e arbitrário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar o trabalho de pesquisa foi constatado que no discurso de posse do presidente Arthur da Costa e Silva era feitas afirmações e promessas que aparentemente não condizem com os acontecimentos do seu mandato, partindo desse pressuposto uma análise desse pronunciamento de investidura foi realizada.

Diante disso a pesquisa constata que aquilo dito por Costa e Silva em sua posse, em grande parte não foi cumprido no exercício do seu cargo presidencial, já que o trabalho conseguiu identificar decretos onde era permitida a violência, tortura, repressão, intolerância e por muitas vezes os anseios populares são postos em segundo plano, pois o foco era a manutenção e prosperidade do regime.

Ao apresentar a relação entre discurso, sociedade e realidade é notada a influência direta do meio social, quando Costa e Silva passa a descrever suas características pessoais, construindo a imagem de um homem sábio, tolerante, experiente, corajoso e tenaz, visando agradar determinados ciclos sociais e legitimar sua escolha como a mais apta para o cargo. Na questão realidade, o tom grave no qual o pronunciamento perpassa em alguns trechos, mostra que o recém empossado estava a par dos desafios que enfrentaria para superar os problemas administrativos do governo anterior, manter o regime militar próspero e gerir os interesses públicos.

O conhecimento do contexto histórico nos permitiu ter acesso a todos os eventos marcantes do mandato do segundo presidente da ditadura e desta forma fazer a devida comparação com o discurso objeto de nosso trabalho, e assim encontrar as várias diferenças entre a fala e os feitos do Costa e Silva.

A análise do discurso apresentou divergências marcantes, praticamente tudo o que foi falado por Costa e Silva em sua posse não foi cumprido, gerando consequências negativas nas áreas sociais e econômicas.

A hipótese foi confirmada quando, ao enumerarmos os acontecimentos históricos ocorridos no mandato de Costa e Silva e comparamos com seu pronunciamento de posse, encontramos grandes discrepâncias.

E dessa forma o problema é respondido, o que Costa e Silva fala em sua posse não é cumprido em seu mandato. O que ocorreu durante a sua gestão não condiz com o que é pronunciado em sua investidura no cargo presidencial.

Para chegarmos a essa conclusão utilizamos livros de historiadores conceituados, dados de sites do governo federal e artigos que falam sobre o mandato de Costa e Silva e os acontecimentos marcantes desse período, com o intuito de coletar o maior número de dados possíveis para que a análise apresentasse um bom arcabouço referencial e um embasamento mais completo.

Para complementar a análise, o método de Chilton e Schäffner (2011), foi inserido para que pudesse ser observado com mais exatidão as contradições encontradas no discurso estudado.

O trabalho poderia ter sido realizado com uma pesquisa mais ampla na bibliografia para analisar os aspectos relacionados a discurso, sociedade e realidade, porém a maioria dos livros e artigos ao tratar do assunto foca no aspecto da origem do discurso, do ethos e pathos, da retórica aristotélica, ligado a moral e ética, sendo dificultoso encontrar referências que abordem o discurso em uma forma mais abrangente. Outro fator dificultoso na pesquisa é encontrar o nome e fotos das pessoas importantes que compareceram à posse de Costa e Silva, com exceção dos ministros nomeados neste trabalho, as citações são vagas em relação a embaixadores e demais representantes estrangeiros, apenas é informado que essas personalidades ilustres estavam presentes sem a citação de nomes.

Para pesquisas futuras humildemente sugiro um aprofundamento no estudo da experiência política de Costa e Silva, para identificar se houve coerência entre seu pronunciamento de investidura ao cargo de Ministro da Guerra, durante o governo de Castello Branco, e o exercício da função.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

Discurso de posse de Artur da Costa e Silva em 03/1967. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br>

Discurso de Márcio Moreira Alves em 09/1968. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio>

### Bibliográficas:

ARISTÓTELES. **Livro V da Ética a Nicômaco**. In: \_\_\_\_\_. Os pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. P. 193 a 215.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski**. Trad. Paulo Bezerra, São Paulo: Forense, 1981.

BANDEIRA, M.O **Governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

BOLÍVAR, A. **La lectura del discurso político**. Em *Lingüística y Interdisciplinarietà: Desafíos del nuevo milenio*. Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso de la UCV. p.309-333, 2002.

BRANCO, C. C. **Os militares no poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

BRASIL, Luciana Leão. **Michel pècheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva**. Linguagem: estudos e pesquisas, v. 15, n. 1, 2011.

CHAGAS, Carlos. **113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1979.

CHILTON, P. e SCHÄFFNER, C. **Discurso y Política**. Em: VAN DIJK, T.A. (Ed.), *El discurso como interacción social* Barcelona: Gedisa, 2001, pp.279-329.

COELHO, Rebeca do Nascimento. **Esquerda em movimento: estudantes em luta na resistência à ditadura militar (1964/1968)**. 2011.

CONDÉ, M. L. L. **As teias da razão: Wittgenstein e a crise da racionalidade moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2004.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 22, n. 43, p. 85-104, 2009.

DE ALMEIDA, MARCO ANTONIO BETTINE; DA SILVA, ALESSANDRO SOARES; PEDRO, FELIPE CORRÊA. **Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar**. 2012.

DE MELO, Demian Bezerra. **Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**. Espaço plural, v. 13, n. 27, 2012.

**Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho / organização Maria Paula Araujo, Izabel Pimentel da Silva, Desirree dos Santos**. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Ponteio, 2013.

- DORNA, A. **Estudios sobre el discurso político**: El papel persuasivo de las figuras retóricas y de la gestualidad. *Psicología Política* n.6, p.117-128, 1993.
- FAIRCLOUGH, Norman; DE MELO, Iran Ferreira. **Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica**. Linha d'agua, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013, p. 411.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil**. Letras, n. 27, p. 39-46, 2003.
- FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- FRANZON, Sadi. **Os acordos MEC-USAID e a reforma universitária de 1968: as garras da águia na legislação de ensino brasileira**. Anais do V Seminário Internacional de profissionalização, 2015.
- GUTIÉRREZ, S. **Discurso político y argumentación**. En: *Tercer Coloquio Latinoamericano de Estudios del Discurso*, 3, 1999, Santiago. *Discurso para el cambio*. Santiago: Universidade do Chile e Pontificia Universidade Católica do Chile, 2002, p.1-11.
- <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/costa-silva/nome-do-presidente>. Acesso em: 10/04/2021.
- <https://brainly.com.br/tarefa/11981978>. Acesso em: 16/06/2021
- <https://www.camara.leg.br/radio/programas/273666-ato-institucional-5-integra-do-discurso-do-ex-deputado-marcio-moreira-alves-02-51/>. Acesso em: 12/06/2021.
- <https://www.esquerdadiario.com.br/> Acesso em: 13/06/2021.
- <https://juarezribeiroa.blogspot.com/2017/07/marcha-da-familia-com-deus-pela.html>.
- <http://memorialdademocracia.com.br/> Acesso em: 16/06/2021.
- <http://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em: 13/06/2021.
- <https://oglobo.globo.com/>. Acesso em: 12/06/2021.
- <https://www.gov.br/pt-br/>. Acesso em: 15/06/2021.
- <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/passeata-dos-cem-mil-50-anos-eva-wilma-e-zuenir-ventura-relembra-momentos-marcantes.ghtml>
- [https://www.reddit.com/r/brasil/comments/88lscq/capa\\_da\\_revista\\_manchete](https://www.reddit.com/r/brasil/comments/88lscq/capa_da_revista_manchete). Acesso em: 15/06/2021.
- <https://www.youtube.com/watch?v=6hld3dXLbCE&t=3s>. Acesso em: 15/06/2021.
- JODELET, D., 1985. **La representación social**: Fenómenos, concepto y teoría. In: *Psicología Social* (S. Moscovici, org.), pp. 469-494, Barcelona: Paídos.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. São Paulo: Martin Claret: 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. **A análise do discurso e suas fronteiras**. Matraga, rio de janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-37, 2007.
- MEDVIÉDEV, P. **O método formal nos estudos literários**: Introdução crítica a uma poética sociológica. Trad. Ekaterina V. Américo e Sheila V.C. Grillo. São Paulo: Contexto, 2012.
- MINAYO M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOMESSO, Luiz Anastácio. **Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura.** Clio-Série Revista de Pesquisa Histórica, n. 26-1, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar.** São Paulo: Contexto, 2016, p. 84.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar.** São Paulo: Contexto, 2016, p. 86

NIETZSCHE, F. **O Anticristo e ditirambos de Dionísio.** Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 51.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Elementos para uma análise de discurso político.** Barbarói: revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia. Santa Cruz do Sul, RS. N. 24 (jan./jun. 2006), p. 78-109, 2006.

RAMOS, Rui. **O discurso de opinião como discurso polêmico-aspectos da sua configuração e da interação social.** Comunicação e Sociedade, v. 2, p. 235-247, 2000.

REIS, Daniel. **Costa e Silva, o presidente do AI-5.** Folha de São Paulo; 11 de set 2019. Entrevista concedida a Rodrigo Vizeu.

REMOND, Rene. **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003. 2a. Edição. Trad. Dora Rocha.

RESENDE, A. L. (1990). **Estabilização e reforma: 1964-1967.** In Abreu, M. (org.), A Ordem Do Progresso, Rio de Janeiro. Campus.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo.** *Tempo social*, v. 2, n. 2, p. 152, 1990.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Ensino de história e a história pública: os testemunhos da Comissão Nacional da Verdade em sala de aula.** Revista História Hoje, São Paulo, v.8, n°15, p. 89-110, 2019.

SANTANA, Marco Aurélio. **Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática.** Santa Catarina. Política e Sociedade, v. 7, n 13, 2008

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 457.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 452-453.

SILVA, Êça Pereira da. A HISTÓRIA POLÍTICA RENOVADA: novas possibilidades de pesquisa. **Revista acadêmica eletrônica Sumaré**, São Paulo, 10ª edição, p.2-6, 2014. Disponível em: <http://revistaqualis.sumare.edu.br>. Acesso em: 30/04/2021.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. **Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo.** Varia história, v. 29, n. 49, p. 333-358, 2013.

FERREIRA, Jorge. **História e biografia: as escolhas de João Goulart.** Cadernos AEL, 2010.

## ANEXOS

Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca

### DISCURSO DE POSSE COMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

DISCURSO PROFERIDO NO PALÁCIO DO PLANALTO, EM  
BRASÍLIA, A 15 DE MARÇO DE 1967, DEPOIS DE RECEBER A  
FAIXA PRESIDENCIAL DAS MÃOS DO MARECHAL HUMBERTO  
DE ALENCAR CASTELLO BRANCO.

É com grave emoção que recebo das mãos honradas de Vossa Excelência as insígnias simbólicas da magistratura suprema da República.

Tenho consciência nítida e profunda da significação deste ato e deste momento. Para eles vêm confluír as esperanças e as incertezas, as aspirações e as realidades de um novo simples e bom, sofredor e paciente, tocado do sentimento caloroso da terra em que nasceu e da sua vocação para a grandeza.

Quem deixa um cargo desta altitude, nas condições em que Vossa Excelência o faz, não leva, apenas, a tranqüilidade de uma consciência alta e límpida, que se empenhou, dia por dia, no cumprimento dos deveres mais ásperos, que jamais pesaram sobre o espírito e o coração de um homem de Estado, em tempos dos mais tormentosos da vida nacional; deixa também, como sinal de sua passagem, traço luminoso e vivo, que é diretriz, lição, exemplo. Em verdade, o Governo de Vossa Excelência constitui-se em diretriz de decisão, de firmeza e constância numa hora espessa, de inquietudes, incertezas e vacilações; lição de austeridade e espírito público, exemplo de coragem e honradez. Eis aí virtudes que me parecem pertencer à própria essência do exercício do cargo que Vossa Excelência ilustrou tão vivamente.

A Presidência da República não é apenas uma forma de exercício administrativo. É muito mais do que um cargo executivo. É, acima de

tudo, um posto de comando moral. Assim a compreendo e assim quero exercê-la, com a suprema aspiração de ser útil ao meu País, na medida humilde do que sou.

Não me iludo com as provações e tropeços que me esperam, os fluxos e refluxos da opinião pública, a desconexão dos esforços, os emperramentos da máquina administrativa, as incertezas políticas, os choques de ambições, os desacordos, as divergências e as discórdias que caracterizam a vida pública. Conheci intimamente as vicissitudes

— 176 —

que a paciência e a tolerância têm de afrontar para atingir o termo de cada dia de governo. Sei como se tentou e se continuará tentando associar os inconciliáveis — inflação e prosperidade — e dissociar os que só conseguem marchar juntos — desenvolvimento e educação. Senti, acima de tudo, as dificuldades ingentes que as dimensões extraordinárias do nosso País levantam a qualquer ação do administrador. Posso afirmar que assisti, ao desdobrar-se dos atos mais penosos de um governo, que, sendo inicialmente de preparação, conseguiu ser muito mais do que isso e muito realizou. Nele tomei parte ao lado de Vossa Excelência. Foi uma das fases mais dificultosas do nosso regime republicano, em que o Governo teve de desdobrar-se entre as imposições imperativas da ordem e da autoridade, sem deixar de acudir aos anseios de liberdade e, de mistura com eles, enfrentar as incompreensões, a má-fé e a cobiça do poder.

Trago, pois, para exercício da Presidência, uma larga lição de experiência — propiciada pela ação direta, pela observação e pela reflexão — do trato da coisa política, que requer paciência e tolerância contínuas, e do trato da coisa pública, que impõe esforço constante de inteligência, coragem e tenacidade. Acima de tudo, trago preparados espírito e coração. Confio em que não decairei, jamais, da confiança dos meus concidadãos e da rica herança que recebo das mãos honradas de Vossa Excelência. E peço a Deus que me conceda a graça

de ser sempre justo e isento, firme na palavra empenhada e inflexível na ação necessária, e consagre a minha esperança de fazer pelo Brasil o que ele espera e merece.

